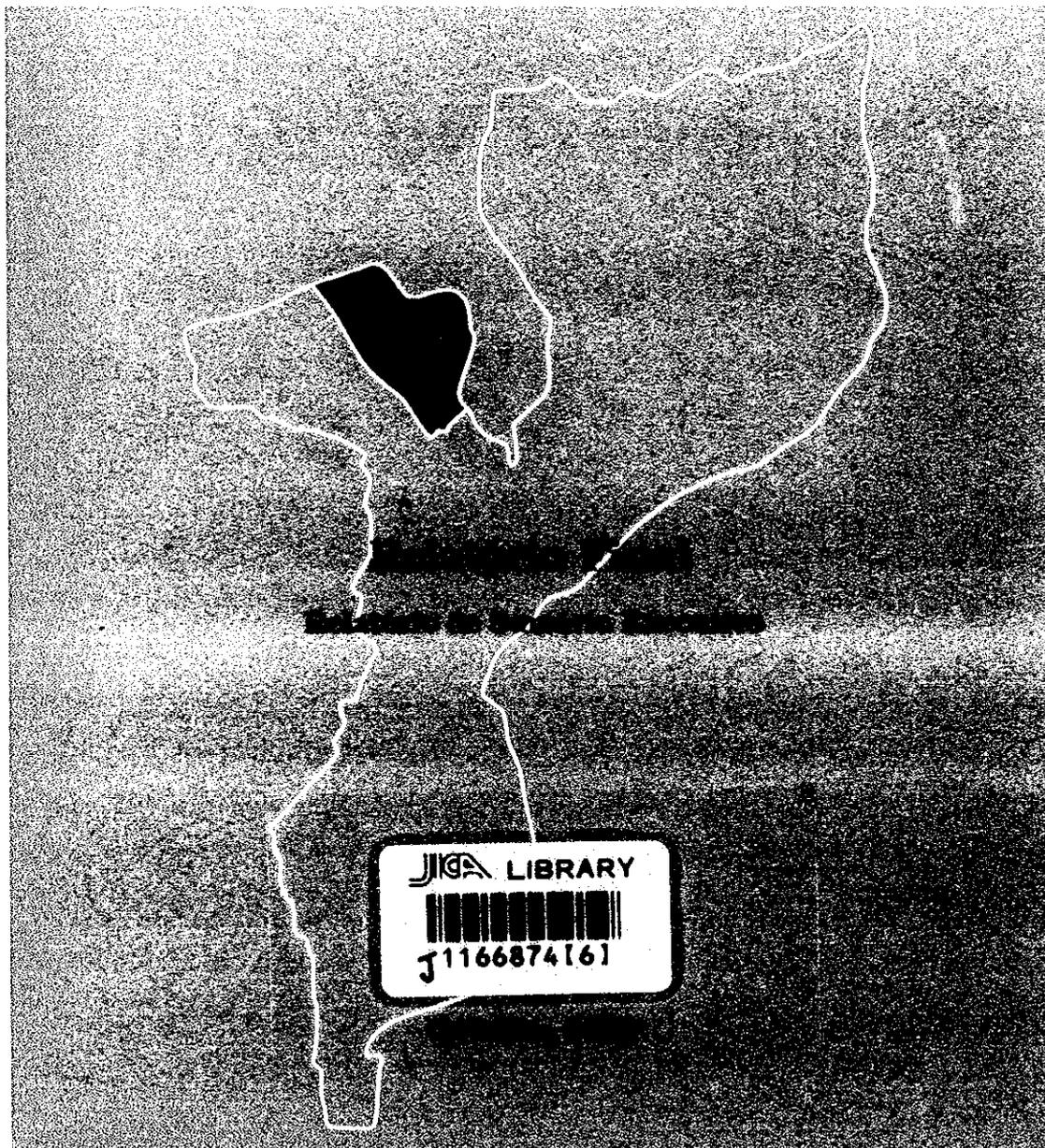


Agência do Japão de Cooperação Internacional (JICA)

Autoridade de Desenvolvimento do Vale do Zambeze

República de Moçambique

O Estudo sobre o Plano Principal de Desenvolvimento Integrado
da Região de Angónia
na República de Moçambique



RECS International Inc.
Sanyu Consultants Inc.

JICA
521
34
SSF
IBRARY

S S F
J R
01-143



Agência do Japão de Cooperação Internacional (JICA)

Autoridade de Desenvolvimento do Vale do Zambeze

República de Moçambique

**O Estudo sobre o Plano Principal de Desenvolvimento Integrado
da Região de Angónia
na República de Moçambique**

**Relatório Final
Relatório de Sumário Executivo**

Outubro, 2001

**RECS International Inc.
Sanyu Consultants Inc.**



1166874[6]

O Estudo sobre o Plano Principal de Desenvolvimento Integrado da Região de Angónia

Relatório Final

Relatório de Sumário Executivo

Conteúdo

		<u>Page</u>
Capítulo 1	Introdução	
1.1	Antecedentes do Estudo	1
1.2	Área do Estudo e Objectivos	2
Capítulo 2	Região de Angónia	
2.1	Sócio-economia	5
2.2	Estrutura Espacial e Recursos Naturais	7
2.3	Estrutura Administrativa	8
Capítulo 3	Objectivos, Cenário e Estratégia para o Desenvolvimento Regional de Angónia	
3.1	Objectivos do Desenvolvimento Regional	10
3.2	Alternativas para o Desenvolvimento Regional de Angónia	10
3.3	Cenário de Desenvolvimento	14
3.4	Estratégia Básica	15
Capítulo 4	Estruturas do Desenvolvimento Regional de Angónia	
4.1	Estrutura Sócio-económica	18
4.2	Estrutura Espacial	19
Capítulo 5	Projectos e Programas de Desenvolvimento	
5.1	Estrutura do Plano Principal do Desenvolvimento Regional de Angónia	26
5.2	Projectos e Programas de Desenvolvimento	27
5.3	Calendário Indicativo de Investimento	27
Capítulo 6	Implementar Acordos para o Desenvolvimento Regional de Angónia	
6.1	Estrutura Institucional com o GPZ	41
6.2	Acordos Institucionais para o Desenvolvimento Regional de Angónia	42
6.3	Reforma Organizacional do GPZ	43

Lista de Tabelas

Tabela 1	Área do Território, População e Densidade na Área do Estudo, Província de Tete e Moçambique	5
Tabela 2	Capacidade dos Trabalhadores na Área do Estudo por Distrito/Cidade	9
Tabela 3	Alternativas para o Desenvolvimento Regional de Angónia	12
Tabela 4	Taxa de Crescimento Económico da Região de Angónia até 2025	18
Tabela 5	Crescimento de População na Sub-Região de Angónia, 2000/2025	19
Tabela 6	Uso Atual de Terras na Região de Angónia	19
Tabela 7	Matriz de Conversão do Uso de Terras	21
Tabela 8	Sistema Hierárquico Urbano para a Região de Angónia	25
Tabela 9	Iniciativa de Desenvolvimento Urbano com 13 Projectos/Programas	28
Tabela 10	Melhoramento da Sócio-Economia Rural com 11 Projectos/Programas	30
Tabela 11	Fortalecimento da Estrutura Espacial com 11 Projectos/Programas	32
Tabela 12	Aumentar a Responsabilidade Local com 13 Projectos/Programas	34
Tabela 13	Programa Especial para o Desenvolvimento Participatório com 10 Projectos/Programas	36
Tabela 14	Estimativa da Alocação dos Investimentos Públicos na Região de Angónia	27
Tabela 15	Programa Indicativo de Investimento para o Desenvolvimento Regional de Angónia	39
Tabela 16	Requisitos de Investimentos para o Desenvolvimento Regional de Angónia	38

Lista de Figuras

Figura 1	A Área do Estudo	3
Figura 2	Projeção GRDP para a Região de Angónia, 2000/2015	18
Figura 3	Indicativo do Uso Futuro da Terra	20
Figura 4	Sistema de Artérias para o Centro de Moçambique	22
Figura 5	Sistema de Artérias para a Área do Estudo	23
Figura 6	Relacionamentos entre Três Componentes de Estratégia Básica	26

Abreviaturas

ADM	Airport Authority of Mozambique
ADP	Accelerated Demining Program
ADPP/DAPP	Development Aid from People to People
AIDS	Acquired immune deficiency syndrome
ANE	Road Authority
ARA	Regional Administration of Water
ARC	Action for the Rights of Children
ASPS	Agricultural sector program support
BAD	African Development Bank
BADEA	Arab Bank for African Development
CAIA	Agro-Industrial Complex of Angonia
CCAP	Church of Central African Presbyterian
CCF	Cease-fire Commission
CFM	Port and Railway Authority
CIDA	Canadian International Development Agency
CIDAC	Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (Amílcar Cabral Center of Information and Documentation)
CIDC	Canadian International Demining Center
CPI	Investment Promotion Center
DANIDA	Danish International Development Assistance
DAs	District Administrators
DNA	National Directorate of Water
EDM	Electricity of Mozambique
EIA	Environmental impact assessment
FRELIMO	Mozambique Liberation Front
GDP	Gross domestic product
GNP	Gross national product
GPZ	Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambezi (Zambezi Valley Development Authority)
GRDP	Gross regional domestic product
HALO Trust	Hazardous Area Life-Support Organisation Trust
HCB	Cahora Bassa Hydropower Corporation
HI	Handicap International
HIV	Human immuno-deficiency virus
IDB	Inter-American Development Bank
IDPs	Internally displaced persons
IMF	International Monetary Fund
INE	Institute of National Statistics
IRC	International Rescue Committee

ISCOS	Istituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo
IVA	Value added tax
JCI	Japan Consulting Institute
JICA	Japan International Cooperation Agency
LAM	Mozambique Air Lines
LWF	Lutheran World Federation
MARD	Ministry of Agriculture and Rural Development
mCel	Mozambique Cellular
MEDDS	Mechem Explosives and Drug Detection System
MIAF	Mozambique National Household Survey on Living Conditions
MICOA	Ministry of Environmental Action Coordination
MINED	Ministry of Education
MIPF	Ministry of Planning and Finance
MLTC	Mozambique Leaf Tobacco Company
MMRE	Ministry of Mineral Resources and Energy
MOH	Ministry of Health
MOTC	Ministry of Transport and Communications
MPF	Ministry of Planning and Finance
MPWH	Ministry of Public Works and Housing
MTLC	Mozambique Tobacco Leaf Company
NACP	National AIDS Control Program
NDI	National Demining Institute
NGO	Non-government organization
NHS	National Health System
NMCC	National Mine Clearance Commission
NORAD	Norwegian Agency for International Development
NPA	Norwegian People's Aid
NRC	Norwegian Refugee Council
OD	Origin-destination
ODA	British Overseas Development Administration
ONG	National Directorate of Geology
ONUMOZ	United Nations Operation in Mozambique
OPEC	Organization of Petroleum Exporting Countries
PAR	Participatory action research
PARPA	Action Plan for Reduction of Absolute Poverty
PHC	Primary health care
PLA	Participatory learning and action
PRA	Participatory rural appraisal
PROAGRI	National Program of Agrarian Development
RA	Rural appraisal

RENAMO	Mozambique National Resistance
RRA	Rapid rural appraisal
S/W	Scope of work
SAC	Survey Action Center
SCS	Special Clearance Services
SIDA	Swedish International Development Agency
SLP	Sena line program
TDM	Telecommunications of Mozambique
UNDAF	United Nations Common Development Assistance Framework
UNDP	United Nations Development Program
UNHCR	United Nations High Commission for Refugees
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization
UNOHAC	United Nations Office for Humanitarian Assistance Coordination
WVI	World Vision International
ZMM-GT	Zambezi-Malawi-Mozambique Growth Triangle



Sumário Executivo

Capítulo 1. Introdução

1.1. Antecedentes do Estudo

Décadas de tumulto para a independência e a subsequente guerra de desestabilização, não apenas transformaram a República de Moçambique num dos países mais pobres do mundo, como também devastaram o seu território. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial, 1997, elaborado pelo Banco Mundial, o País ainda figurava na cauda de entre 133 países, em termos de per capita GNP (US\$80 em 1995). Igualmente, Moçambique figurava em 166º Lugar de um total de 175 países, pelo índice de desenvolvimento humano da UNDP (Relatório de Desenvolvimento Humano, 1997). A economia Moçambicana, no entanto, iniciou a recuperar firmemente. Apesar de ser dominada pela agricultura e, portanto, sujeita a flutuações, devido a condições climáticas, o crescimento GNP tem sido constantemente positivo desde 1993, e alcançou 11.8% em 1998. As taxas de inflação foram reduzidas de 35-70% no início dos anos 1990, para 5.8% em 1997.

A recuperação da economia Moçambicana durante este período dependia em grande parte da entrada do fluxo de capitais externos. Um destes fluxos de capital é de assistência para o desenvolvimento, associado ao programa de ajuste estrutural iniciado em 1987, pela iniciativa do IMF-Banco Mundial. O outro é devido a investimentos estrangeiros directos para o desenvolvimento dos ricos recursos naturais. Por estes motivos, a balanço total de pagamento tem melhorado rapidamente, apesar de um grande desequilíbrio, com as importações excedendo as exportações por mais de três vezes.

Esforços têm sido contínuos, apoiados por organizações de apoio, para reabilitar as infraestruturas degradadas durante da guerra, e insuficientes recursos humanos e financeiros para a sua manutenção. O reassentamento das populações que se haviam refugiado devido á guerra, e nova formação de habilidades, bem como outra assistência para estas pessoas continuam, e serviços sociais para as famílias das vítimas da guerra são uma exigência elevada. Os recursos do sector privado também necessitam de ser distribuídos para a contínua remoção de minas terrestres e a produtividade melhoradas nas zonas rurais. Moçambique prossegue na sua recuperação da guerra e dos ajustes estruturais para um desenvolvimento sustentável, de modo a ultrapassar a pobreza absoluta quase espalhada por todo o lado, os requisitos necessários para as várias infraestruturas sociais e económicas aumentarão rapidamente.

Durante este período de recuperação, os investimentos tiveram a tendência de concentrarem-se na parte Sul do País, centralizando-se na cidade capital de Maputo. As disparidades inter-regionais entre as regiões do Ssul, Norte e Centro tornaram-se mais sérias. Particularmente a Bacia do Rio Zambeze, que ocupa a parte norte central do País, tem uma proporção maior de população vivendo abaixo da Linha de pobreza absoluta do que a média nacional. A zona é também a mais seriamente afectada pela guerra, com

muitas infraestruturas escolares sanitárias delapidadas e um enorme atraso na reabilitação das outras infraestruturas básicas. A proporção de refugiados repatriados é mais alta, pois esta localiza-se na fronteira com Malawi, Zâmbia e Zimbabwe, portanto as necessidades para os refugiados e outras famílias das vítimas da guerra de serviços sociais são muito elevadas.

Ao mesmo tempo, a Bacia do Rio Zambeze é reconhecida pelas suas ricas e abundantes recursos naturais, incluindo recursos hídricos, vários recursos minerais, solo fértil e condições climáticas naturalmente favoráveis para a agricultura. Com o principal objectivo de planejar, supervisionar e implementar os programas e projectos de desenvolvimento da bacia com mais eficácia, o Governo de Moçambique criou o Gabinete do Plano do Zambeze (Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze; GPZ) em 1995, com um pacote de incentivos fiscais especiais para promover investimentos no Vale do Zambeze. Para seguir um desenvolvimento sólido e sustentável da bacia, em equilíbrio com uma conservação ambiental, um plano de desenvolvimento multi-sectorial torna-se necessário, para guiar os investimentos do sector privado em conformidade com os impulsos a longo prazo, de um desenvolvimento apoiado pelo sector público. Com este reconhecimento, o Governo de Moçambique solicitou a cooperação técnica do Governo Japonês, para preparar e implementar um plano de desenvolvimento regional para uma das três regiões estratégicas contidas na bacia do rio Zambeze, nomeadamente: Quelimane, Morrumbala e Angónia.

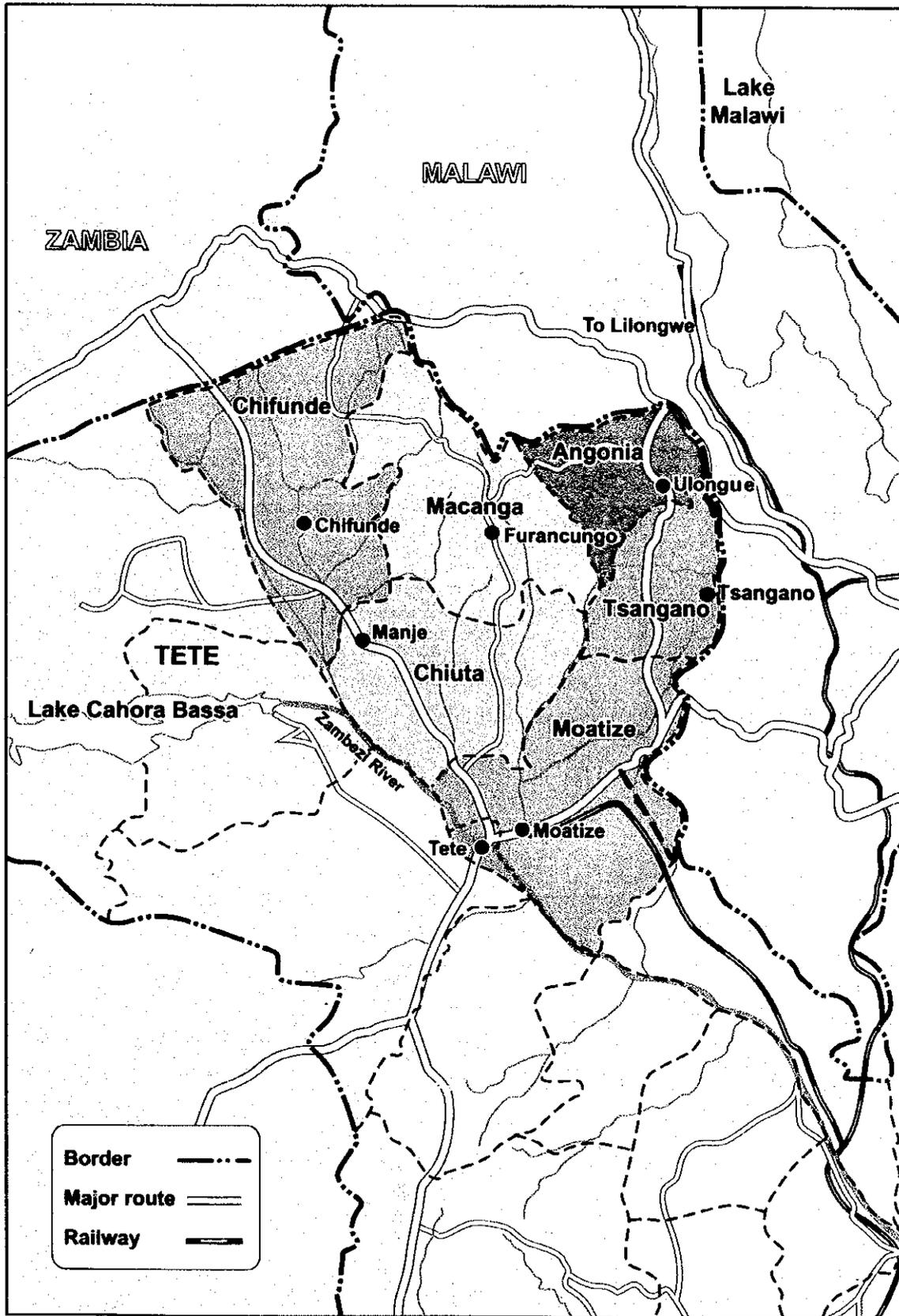
Em resposta a esta solicitação, o Governo Japonês enviou uma missão de formulação de projectos, em Novembro, 1999. Através de pesquisas de campo e estudos, bem como discussões com o Governo Moçambicano, a sub-Região do Planalto de Angónia foi seleccionada para a cooperação técnica. A implementação desta cooperação técnica foi confiada à Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), a agência oficial responsável pela implementação de programas de cooperação técnica do Governo Japonês. A JICA enviou uma equipa de estudo preliminar para desenhar o Âmbito de Trabalho (S/W), cujos termos foram firmados entre o GPZ e JICA, e assinado pelas respectivas representantes, a 19 de Abril de 2000.

1.2. Área do Estudo e Objectivos

(1) Área do Estudo

A área a ser coberta por esta cooperação técnica (referida depois como Estudo) ocupa o nordeste da província de Tete, que está localizada na parte norte-centro de Moçambique. Administrativamente, consiste de seis distritos sendo estes Macanga, Tsangano, Chifunde, Angónia, Chiúta e Moatize, e a cidade de Tete (Figura 1). A Área do Estudo tem 41,000 km², com uma população de 761,000 em 2000. A Área do Estudo é chamada Sub-Região do Planalto de Angónia.

Figura 1. A Área do Estudo



(2) Objectivos do Estudo

Os objectivos do Estudo são definidos baseado no acordo entre o GPZ e JICA da seguinte forma:

- 1) formular um plano principal de desenvolvimento regional integrado para a sub-região do Planalto de Angónia até o ano 2025, com o alvo de guiar investimentos dos sectores privado e público com a participação das comunidades locais, e no equilíbrio com a conservação dos ambientes natural e social;
- 2) preparar uma carteira de projectos prioritários com perfis para promover investimentos privados e públicos para a região; e
- 3) efectuar transferência tecnológica relacionada com planeamento de desenvolvimento e gestão dos trabalhadores da contraparte Moçambicana durante o decorrer do Estudo.

A transferência tecnológica será efectuada através de trabalho colaborativo diário, reuniões regulares, e seminários/workshops ocasionais.

Capítulo 2. Região de Angónia

2.1. Sócio-economia

(1) Demografia e condições sociais

A população total da Área do Estudo, 711,028 no census de 1997, corresponde a 4.7% do total da população Moçambicana, enquanto que o território da Área do Estudo representa 5% do território nacional. Considerando que a maior parte da Área do Estudo é habitável, livre de qualquer factor limitante de uso e aproveitamento de terras, a Área do Estudo enfrenta uma escassez de população para o desenvolvimento do seu vasto território. A densidade populacional é particularmente baixa nos distritos de Chifunde, Chiúta e Macanga, sendo inferior a 10 por km² (Tabela 1).

Tabela 1. Área do Território, População e Densidade na Área do Estudo, Província de Tete e Moçambique

	Angónia	Chifunde	Chiúta	Macanga	Moatize	Tsangano	Tete Cidade	Área do Estudo	Província de Tete	Moçambique
Área do Território (km ²)	3,427	9,326	6,887	7,340	8,979	3,439	300	40,000	100,800	799,400
População	247,999	48,498	50,372	46,515	109,103	106,557	101,948	711,028	1,144,604	15,278,334
Densidade da População (/km)	72,4	5,2	7,3	6,3	12,3	31,0	339,9	17,8	11,4	19,1

Fonte: *Census de 1997*, Província de Tete e Moçambique, 1999.

A Área do Estudo tem um grande número de refugiados retornados, estimados em cerca de 300,000 cobrindo os seis distritos, sendo aproximadamente 50% do total da população nestes distritos. A Área do Estudo tem proporções mais altas de famílias de pais solteiros com 18.2% do número total de famílias, variando dos 24.9% em Chiúta aos 15.3% na cidade de Tete, quando comparado com a média nacional de 13.8%.

As taxas de alfabetização são geralmente mais baixas na Área do Estudo e na província de Tete do que as médias nacionais. A taxa de alfabetização na província de Tete era, em 1997 de 50% para homens e 19% para mulheres, respectivamente, inferior do que as médias nacionais de 59% para homens e 24% para mulheres. Existem também disparidades urbano-rurais, com uma taxa de 65% de alfabetização nas áreas urbanas e 28% nas áreas rurais da província de Tete.

A Área do Estudo, de um modo geral está um pouco melhor nas provisões de instalações de saúde e educação do que as médias nacionais, mas os níveis de serviços de saúde e de educação são mais baixos. Esta situação deve-se às severas faltas de trabalhadores de qualificados na saúde e educação, e também ao fraco acesso aos serviços existentes pela maioria dos habitantes rurais.

(2) Economia e estruturas económicas

A incidência de pobreza na Área do Estudo e na província de Tete é mais alta do que a média nacional. A incidência da pobreza na província de Tete era 82% em 1997, entre as mais altas de todas as províncias, enquanto que a incidência em Moçambique era 69% no mesmo ano. O consumo médio na província de Tete é estimado em US\$123 em 1997, apenas 72% da média nacional de US\$170.

A estrutura de emprego na Área do Estudo é de 86% para a agricultura; 4% para a indústria, e 10% em serviços. A quota da agricultura na Área do Estudo é um pouco menor que a da província de Tete, enquanto que os sectores da indústria e serviços têm quotas um pouco mais altas na Área do Estudo do que na província de Tete, devido à inclusão da cidade de Tete na Área do Estudo. O GRDP na Área do Estudo consiste de 64% de agricultura, 6% da indústria, e 30% de serviços.

Apesar da presença da Central Hidro-eléctrica de Cahora Bassa, os níveis de electrificação na Área do Estudo e na província de Tete são ainda muito baixos. O consumo de energia eléctrica per capita era apenas 54kWh em 1997, na província de Tete, inferior à média nacional de 64kWh.

O acesso a água potável segura é bastante limitado, assegurado para menos de 40% da população, na Área do Estudo em geral. Nas áreas rurais, a cobertura está estimada em cerca um terço da população, inferior ao alvo nacional de 40% até o ano 2000. A Área do Estudo não tem praticamente uma irrigação de tamanho razoável ou geração de energia hidroeléctrica.

A provisão da infra-estrutura de estradas é um pouco melhor na Área do Estudo do que a média nacional. A densidade de estradas por área de terra é 0.031km/km² na Área do Estudo, comparável à média nacional de 0.033km/km², e a densidade de estrada per 1,000 população é de 2.7km na Área do Estudo, muito mais alta do que a média nacional de 1.6 km, para servir uma população dispersa. As condições das superfícies de estradas estão geralmente em melhores condições do que a média nacional em Moçambique. Na verdade, as condições actuais do sistema de estradas na Área do Estudo são geralmente adequadas para o tráfego existente e previsto num futuro próximo, devido aos baixos níveis de rendimento e economias deste rendimento, e ainda ao baixo número de proprietários de veículos.

A província de Tete qualifica-se como a mais baixa de todas as províncias, em termos de cobertura dos serviços de telecomunicações para os distritos. Em 1998, apenas 50% dos distritos da província de Tete foram cobertos por serviços telefónicos, enquanto que a cobertura geral foi 79% a nível nacional.

2.2. Estrutura Espacial e Recursos Naturais

(1) Estrutura espacial

A estrutura espacial existente na Área do Estudo pode ser caracterizada por (1) num nível muito baixo de urbanização, sem quaisquer centros urbanos; (2) um sistema de estradas relativamente bom, com condições de piso adequadas; e (3) uso extensivo de terras e ambiente, sem uma gestão apropriada. A proporção da população urbana é estimada em 24% do total da população da Área do Estudo, inferior à média de urbanização de 29% em Moçambique. A cidade de Tete, o maior centro urbano na Área do Estudo com 101,984 cidadãos no census de 1997, coloca-se em sétima, no nível nacional e quarta no centro de Moçambique.

As condições das estradas na Área do Estudo são geralmente adequadas para servir o trânsito actual e num futuro próximo, como já mencionado. As estradas arteriais na Área do Estudo constituem uma parte importante das ligações internacionais, e o tráfego em trânsito representa uma quota de cerca de 60% do volume total do tráfego de carga na Área do Estudo.

Enquanto que a densidade populacional continua ainda relativamente baixa, o uso e aproveitamento extensivo de terras e ambiente tem trazido algumas áreas próximo do limite da capacidade ambiental. Os recursos florestais têm sido degradados na Sub-Região do Planalto de Angónia. Cerca de 70% das terras na Área do Estudo são classificadas na categoria de médio a alto risco de erosão. A fertilidade de solos tem declinado significativamente, em zonas de maior produtividade, no Planalto de Angónia.

(2) Recursos naturais

Apesar da larga prática de corte e queimadas descontroladas e desflorestamento, a Área do Estudo ainda possui uma extensa variedade de flora e fauna. Existe potencialidades enormes para reflorestamento com espécies exóticas com pinho, mogno e outras madeiras nobres, bem como também o eucalipto e várias árvores de fruta.

A Área do Estudo é relativamente bem dotada de recursos hídricos. A média da pluviosidade anual varia geralmente entre 600-1,000mm, suficientes para culturas de sequeiro. As bacias dos afluentes, na margem esquerda do Rio Zambeze, são predominantemente com pedras sedimentares subaquáticas, o que torna a Área do Estudo rica em lençóis de água que asseguram o fluxo perenial de muitos afluentes.

Sobre o enorme potencial de energia hidroeléctrica na bacia do rio Zambeze, estimado em 14,000 MW dentro de Moçambique, mais de 4,000 MW é concebido para um desenvolvimento antecipado no fluxo principal do rio Zambeze. Potenciais adicionais dos afluentes podem ser desenvolvidos com eficácia através de projectos de represas polivalentes com irrigação, abastecimento de água e também para de controlo de cheias.

A Área do Estudo possui uma gama variada de recursos minerais metálicos e não-

metálicos. A maioria destes minerais estão numa fase inicial de exploração. A reserva de carvão em Moatize tem a prioridade mais alta, para desenvolvimento com uma reserva bem estabelecida de 2.4 biliões de toneladas e de alta qualidade. Magnetite é outro minério prometedora na Área do Estudo por ter um conteúdo elevado de ferro e estar associado também com outros metais raros. Minerais de cobre em Chiúta são outros recursos minerais com perspectiva, apesar de ser necessário uma pesquisa detalhada adicional para avaliar a reserva e a qualidade. Outros recursos minerais prometedores são grafite, pedra calcário e pedras dimensionais, tendo bons prospectos de exportação para os países vizinhos.

2.3. Estrutura Administrativa

O sistema de administração em Moçambique continua ainda centralizado, apesar do movimento para uma descentralização política e administrativa, desde 1980. O Governo Provincial, responsável pelo planeamento, organização, coordenação e controlo das actividades sócio-económicas na província, ainda é efectivamente a representação local do Governo Central, aplicando as directrizes do Governo Central e as instruções vindas do Parlamento. A desconcentração das funções ministeriais prossegue lentamente por causa do atraso na padronização e modernização das práticas administrativas, que é parcialmente devido à falta de recursos humanos habilitados. A administração distrital é geralmente mais fraca, tanto em termos financeiros como dos recursos humanos e materiais.

A municipalização é outra linha de acção para efectuar a descentralização, e em 1998, foram criadas 33 municipalidades, incorporando um conceito moderno de um verdadeiro governo local com autonomia. Contando com uma história muito curta, a maioria das municipalidades ainda são muito fracas, tanto no termos financeiros como operacionais. Mais ainda, distinções claras ainda não foram formuladas entre as funções dos gabinetes dos ministérios centrais nos distritos e os governos municipais. Ao nível das localidades e aldeias, as autoridades comunitárias complementam a estrutura da administração local. A autoridade comunitária possui uma estrutura hierárquica, com o chefe principal, os chefes e os chefes das aldeias.

A estrutura administrativa para o desenvolvimento sub-regional do planalto de Angónia consiste, principalmente do GPZ, o governo provincial de Tete, seis administrações distritais, duas municipalidades e direcções provinciais. O GPZ é um corpo com estatuto directamente subordinado ao Primeiro Ministro, e possui uma vasta autonomia administrativa e financeira, sob a supervisão do Conselho de Ministros, através de uma comissão inter-ministerial. Actualmente as suas funções são limitadas principalmente ao planeamento e coordenação, e as suas actividades constringidas por recursos financeiros e humanos limitados. Desde o final do ano 2000, o GPZ tem um total de 51 trabalhadores, dos quais 33 são peritos seniores, nove peritos juniores, e nove do secretariado. o GPZ

está actualmente sob re-estruturação da sua organização e prevê expandir a capacidade dos seus trabalhadores significativamente até 2003.

O Governo Provincial de Tete funciona com 16 direcções provinciais e departamentos que representam a maioria dos ministérios centrais. Das direcções provinciais mencionadas, 11 estão muito relacionadas ao desenvolvimento sub-regional do planalto de Angónia. Entre estas, a Direcção Provincial do Plano e Finanças, que possui 103 trabalhadores, desde Junho 2001, incluindo 14 contabilistas seniores, quatro economistas e de planeamento financeiro, todos eles seniors, e quatro técnicos. A direcção provincial de saúde tem 1,009 trabalhadores, e a Direcção Provincial de Obras públicas e Habitação, com 96 trabalhadores, desde Junho 2001. A capacidade dos trabalhadores das administrações distritais e da cidade de Tete é resumida na Tabela 2.

Tabela 2. Capacidade dos Trabalhadores na Área do Estudo por Distrito/Cidade

Categoria dos Trabalhadores	Angónia	Chifunde	Chiúta	Macanga	Moatize	Tsangano	Tete Cidade	Área do Estudo
Administrativo	-	-	-	1	1	-	-	2
Técnico	-	-	2	2	1	2	2	9
Assist. téc.	5	4	3	3	6	3	17	41
Outra admin.	12	3	5	4	6	5	18	53
Trabalhadores	10	2	6	9	5	2	149	183
Trabalhadores de serviço e outros	22	3	10	7	20	3	8	73
Total	49	12	26	26	39	15	194	361
População por trabalhadores distritais	5,061	4,042	1,938	1,788	2,797	7,107	526	1,969

Fonte: As respectivas administrações distritais e o conselho municipal da cidade de Tete.

Existem dois conjuntos de sistemas organizacionais co-existent numa comunidade rural: o sistema do chefe principal baseado na autoridade comunitária o sistema de presidente-secretário/a que foi recentemente estabelecido de modo a melhorar a administração local. O procedimento para nomear e contratar o presidente, mas ainda não foi bem estabelecida estrutura organizacional com o secretário e os comités subordinados ao presidente para a maioria das localidades. Os papéis da autoridade tradicional estão a diminuir gradualmente. O sistema de presidente-secretário está se tomando mais forte por ser um produto coordenado para a promoção de actividades sócio-económicas, entre os agricultores, governos locais e partidos políticos.

Capítulo 3. Objectivos, Cenário e Estratégia para o Desenvolvimento Regional de Angónia

3.1. Objectivos do Desenvolvimento Regional

Três objectivos para o desenvolvimento regional de Angónia são definidos correspondendo aos assuntos principais nos sectores económicos, sociais e ambientais, respectivamente.

- (1) para fortalecer a estrutura económica através de melhorar a produtividade agrícola, acelerando a industrialização, e promovendo ligações de serviços, de modo a expandir e diversificar oportunidades de emprego com alto rendimento e para aliviar a pobreza em associação com tais oportunidades;
- (2) melhorar os níveis e qualidade dos vários serviços sociais, através do fortalecimento selectivo das infraestruturas rurais e expandir a base dos recursos humanos com a participação da comunidade, como um meio de promover a integração regional ou coesividade social; e
- (3) restituir e melhorar a capacidade ambiental através do estabelecimento de sistemas de produção de um ambiente sadio e sustentável nas áreas rurais e urbanas, com organizações de gestão apropriadas baseadas nos interesses privados e participação comunitária.

3.2. Alternativas para o Desenvolvimento Regional de Angónia

A sub-região de Angónia enfrenta cinco factores de problemas fundamentais: (1) localização remota da zona Sul do país, já relativamente desenvolvida, (2) os efeitos posteriores da guerra, (3) uma fraca administração de desenvolvimento, (4) atraso no desenvolvimento das infraestruturas básicas, e (5) comunidades tipo enclave com ligações mínimas. Cada factor é esclarecido separadamente, para definir as estratégias alternativas de desenvolvimento.

O factor (1) pode não ser um constrangimento, se o desenvolvimento sub-regional de Angónia levar a vantagem da proximidade a outras regiões e países vizinhos. A promoção da ligações regionais e orientação para o exterior podem constituir uma estratégia sensível. Para endereçar o factor problema (2), algum tipo de integração interna ou promoção de coesividade social seria necessário. Isto pode ser parte de uma boa estratégia inicial para ultrapassar o factor problema (5t). Correspondendo ao factor (4) a administração do desenvolvimento pode ser fortalecida a níveis local, regional e central, reflectindo variadas ênfases de integração interna, ligações regionais e orientação para o exterior. O factor problema (4) indica as estratégias alternativas para realçar a infraestrutura rural, infraestrutura regional ou infraestrutura internacional. Para ultrapassar o factor problema (5), a estratégia de orientação para o exterior pode ser adoptada, provavelmente por fases, a diferentes níveis: local, regional e internacional .

Incorporando estes elementos estratégicos indicados pelos diferentes factores de problemas,

três estratégias alternativas podem ser concebidas para o desenvolvimento da sub-região de Angónia. Estas são definidas como:

- Alternativa 1: Integração interna,
- Alternativa 2: Ligações regionais, e
- Alternativa 3: Força de exportação

Estas são alternativas conceptuais distintas, e é possível buscar o desenvolvimento sob qualquer uma destas estratégias, em qualquer região, sujeita á mobilização de vários recursos de desenvolvimento. Seleccionar uma para a região de Angónia não é a ideia aqui descrita. Estas alternativas podem ter elementos em comum, e uma alternativa pode encaixar-se melhor em algumas áreas geográficas enquanto outra alternativa a outras áreas. Estas também possuem diferentes implicações de faseamento. Estas alternativas são apresentadas aqui para esclarecer a variedade de escolhas e para guiar a formulação da melhor alternativa para a sub-região de Angónia. Cada alternativa é detalhadamente descrita e as três alternativas são comparadas na Tabela 3.

(1) Alternativa de integração interna

Esta alternativa busca recursos com base indígena (local) e desenvolvimento com orientação para o mercado local. Isto está de acordo com uma abordagem autêntica para o desenvolvimento regional, de modo a utilizar os recursos indígenas para o benefício e pelas pessoas e comunidades locais.

As comunidades tipo enclave no presente estariam inter-ligadas aos países vizinhos, vilas e distritos contidos na sub-região para actividades sócio-económicas mais viáveis. Mais comodidades são produzidas para comercializar fora das áreas de produção sob esta alternativa, e em particular, os produtos agrícolas são processados nas vilas e distritos vizinhos. Isto ajudará a localizar produtos agro-industriais com valor adicionado, minimizando derrames para outras regiões. Melhoramento das infraestruturas promoveriam inter-ligações entre as comunidades, apoiando o transporte de produtos, processamento e serviços relacionados, e comunicações. Esta alternativa, naturalmente encaixa-se melhor às condições locais. Pode assegurar um crescimento sustentável, se os recursos indígenas forem geridos apropriadamente. No entanto, esta alternativa, não trará sempre um crescimento rápido da economia, devido à limitação da disponibilidade/desenvolvimento dos recursos e dos pequenos mercados locais. Não estaria em vantagem contando com a localização estratégica da região de Angónia, representada pela disponibilidade de matérias-primas e outros produtos de regiões vizinhas e mercados de exportação.

Esta alternativa manteria, principalmente, uma distribuição de uma população dispersa e um melhor equilíbrio rural-urbano, porque comparativamente, podem ser criadas mais oportunidades de emprego nas áreas rurais e nas pequenas vilas, através de indústrias de agro-processamento e de serviços agro-relacionados, bem como a produção primária. A

coesividade social também seria melhor mantida ou mais promovida com mais facilidade sob esta alternativa.

Tabela 3. Alternativas para o Desenvolvimento Regional de Angónia

	Alternativa 1 Integração Internal	Alternativa 2 Ligações Regionais	Alternativa 3 Orientada á Exportação
Definição	Desenvolvimento baseado nos recursos indígenas , orientado para o mercado local	Combinar os recursos nas regiões vizinhas para produzir para o mercado doméstico	Desenvolvimento da força dos recursos externos para um mercado orientado para a exportação
Avaliação			
<u>Economia</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo crescimento económico (4-5%pa) • Quota da agricultura em GRDP: ~40% 	<ul style="list-style-type: none"> • Médio crescimento económico (6-7% pa) • Quota da agricultura em GRDP: ~30% 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado crescimento económico (8% pa) • Quota da agricultura em GRDP: ~20%
<u>Social</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego na maioria nas áreas rurais e cidades pequenas • Fácil de manter integração das sociedades rurais • Melhoramento do acesso aos cuidados primários de saúde, educação primária, mercados, e apoio necessário para a subsistência da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades sócio-económicas s mais dinâmicas através de comunicações inter regionais • Aumento da migração inter-regional • Formação de novas comunidades urbanas em cidades secundárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração da população e actividades económicas na cidade de Tete e arredores • Solapar a cultura tradicional e ligações familiares • São necessárias medidas contra doenças contagiosas
<u>Meio Ambiente</u>	<ul style="list-style-type: none"> • População local a ser organizada com incentivos para uma gestão do meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidades de poluição do meio ambiente devido a indústrias intensivas aumentadas do agro-processamento, baseado nos recursos e água e energia 	<ul style="list-style-type: none"> • Possível degradação do solo devido à expansão da produção de culturas de exportação • Degradação do meio ambiente urbano e do meio ambiente rural devido ao crescimento e concentração elevados de população
<u>Espacial</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Ligações a serem fortalecidas entre as comunidades rurais e de cidades pequenas 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoramento dos ligações entre cidades secundárias e a cidade de Tete; desenvolvimento de ligações inter-regionais destas cidades • Restauração de baixo nível para a Linha Férrea de Sena 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidade de Tete como centro para comércio inter-regional e internacional e os serviços relacionados • Completa restauração da Linha Férrea de Sena; possível extensão para o Malawi
<u>Gestão do Desenvolvimento</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do desenvolvimento por iniciativa local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da administração do desenvolvimento aos níveis provincial/regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Alto nível de gestão de desenvolvimento sendo necessária a iniciativa do Governo.

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

(2) Alternativa de ligações regionais

Esta alternativa estende a primeira para ambos recursos e mercados. Recursos nas regiões vizinhas seriam utilizadas, bem como os recursos indígenas a produzir para os mercados local e regional. Esta alternativa promoveria inter-ligações entre a sub-região de Angónia e outras regiões. Algumas precursoras das actividades já existem para classificarem-se sob esta alternativa. Recentemente foram estabelecidas novas indústrias na cidade de Tete para processar matérias primas da província da Zambézia: copra processada em sabão e o processamento da castanha de cajú. Alguns destes produtos são comercializados fora da região. O estabelecimento da nova Escola de Formação de Professores na Angónia, que serve toda a província de Tete, constitui um exemplo de actividades de serviços, tendo um mercado através da região. Potencialmente, a sub-região pode ser um celeiro para abastecer em cereais todo o centro de Moçambique. O melhoramento das infraestruturas regionais seria importante para promover as ligações inter-regionais tais como as auto-estradas inter-cidades, terminais de camiões/autocarros, e portos/aeroportos. Esta alternativa encorajaria uma certa aglomeração da população nos maiores centros urbanos, onde o processamento principal e as actividades de serviços se concentrariam.

(3) Alternativa de força de exportação

Esta alternativa segue um desenvolvimento de força de comercialização externa. Para apoiar esta alternativa, as bases dos recursos também se expandiriam, incluindo os recursos humanos e financeiros do exterior. Sob esta alternativa, mesmo os recursos indígenas são utilizados para os mercados externos. As actividades económicas típicas são a expansão de culturas para exportação, força de exportação para indústrias de trabalho intensivo, baseados nos recursos e uma expansão rápida do comércio, transporte e comunicações, e os sub-sectores dos serviços privados. O processamento para exportação seria realizado, utilizando matérias-primas e outros produtos de países vizinhos. O turismo internacional e serviços relacionados também estão sob esta categoria.

O desenvolvimento de produtos e de mercados para os novos produtos são a chave para a sub-região de Angónia seguir esta alternativa. Isto pode requerer a introdução substantiva de tecnologias estrangeiras, bem como capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, a capacidade indígena para as necessidades Pesquisa e Desenvolvimento devem ser melhoradas. Esta alternativa encorajaria uma urbanização acelerada, em particular a concentração da população urbana na cidade de Tete e arredores. A provisão de infraestruturas muito melhoradas e serviços urbanos são um pré-requisito para atrair investimentos externos. A infraestrutura internacional necessita de ser melhorada, incluindo as auto-estradas, caminhos de ferro, depósitos de contentores e aeroportos internacionais. Uma abordagem mais cuidadosa é necessária para lidar com problemas sociais e ambientais, possíveis sob esta alternativa.

Alguns serviços de alto nível podem ser estabelecidos sob esta alternativa, para servir

países e regiões vizinhas, bem como os habitantes locais. Estes podem incluir os serviços especializados de educação/formação e saúde, e outras funções centrais no contexto da iniciativa do ZMM triângulo de crescimento. Esta alternativa exigiria um grau mais elevado de gestão do desenvolvimento, porque seriam introduzidos mais recursos externos; de contrário pode resultar numa degradação ambiental e num sério transtorno social.

3.3. Cenário de Desenvolvimento

Foram apresentadas três estratégias alternativas para esclarecer a variedade de escolhas e opções para o desenvolvimento sub-regional de Angónia. Como já foi indicado anteriormente, uma alternativa pode encaixar-se melhor em algumas áreas, enquanto que outra alternativa em outras áreas. Uma alternativa pode ser adoptada com mais facilidade a curto e médio prazos, enquanto que outra pode ser utilizada na sua totalidade durante as fases iniciais.

O desenvolvimento sub-regional de Angónia deve ser seguido combinando os elementos favoráveis das estratégias alternativas, no tempo e no espaço, para o desenvolvimento equilibrado entre os sectores económicos, sociais e ambientais. As considerações sobre a combinação de vários elementos são condições de localização, fases de desenvolvimento, políticas existentes sobre o desenvolvimento, e os planos institucionais existentes e futuros para o planeamento do desenvolvimento regional e administração.

Considerando o fraco nível das actividades económicas e comunidades de tipo enclave, o desenvolvimento inicial da sub-região de Angónia será seguido principalmente sob uma alternativa de integração interna. As comunidades locais são encorajadas a organizar os seus habitantes e cultivar produtos agrícolas para comercialização e processamento fora das suas respectivas comunidades. Ao mesmo tempo, as ligações regionais existentes seriam ainda mais desenvolvidas, em especial a cidade de Tete. A produção para exportação seria limitada a uma pequena escala, na maioria informal, em algumas vilas perto da fronteira, durante a fase inicial.

Na fase subsequente, as ligações regionais seriam exploradas totalmente nas indústrias secundárias e terciárias. Mais indústrias serão estabelecidas na cidade de Tete e arredores, para processamento de matérias-primas das províncias vizinhas, bem como o processamento dos recursos indígenas. Adicionalmente, a nova Escola de Formação de Professores de Angónia, instalações sociais melhoradas para a educação, desenvolvimento de capacidades e cuidados de saúde, serão fornecidas para servir toda a província de Tete, ou mesmo além província. De facto, está previsto que a cidade de Tete e os seus arredores se tornarão numa capital funcional de toda a inteira zona centro de Moçambique.

A força de exportação será empreendida em fases antes que integração interna alcance algum sucesso. Pode ser iniciada com o fortalecimento de algumas culturas existentes, tais como milho, batata e frutas. A produtividade será aumentada, a qualidade melhorada, e a competitividade do preço realçada através de uma irrigação de pequena escala, o uso

melhorado de equipamentos e gestão das fazendas, para estabelecer/fortalecer mercados nos países vizinhos. Os novos produtos de exportação serão desenvolvidos subsequentemente, tais como culturas industriais diversificadas, produtos agrícolas para processamento, carvão e produtos derivados do carvão, bem como materiais de construção. A integração interna é uma condição essencial para a sub-região de Angónia, de modo a que esta possa seguir um desenvolvimento de auto-confiança e sustentabilidade, e portanto, esta estratégia será aplicada completamente ao desenvolvimento sub-regional de Angónia desde, as fases iniciais. As ligações regionais serão também exploradas desde o começo, mas esta estratégia pode ceder à estratégia da força de exportação, visto que a sub-região de Angónia está totalmente integrada para um desenvolvimento sustentável. A força de exportação deve ser aplicada principalmente aos países vizinhos, e uma aplicação total desta estratégia fica condicionada a maior alcance de elevado nível de desenvolvimento da gestão.

3.4. Estratégia Básica

O desenvolvimento sub-regional de Angónia deverá ser iniciado com a integração interna, utilizando ligações regionais existentes, desenvolvendo-os ainda mais, e também do empreendimento da força de exportação por fases. Uma estratégia de duas-pontas para o desenvolvimento espacial, poderá apoiar o desenvolvimento sub-regional de Angónia. Sob esta estratégia, o melhoramento das infraestruturas rurais para a integração interna e o melhoramento das infraestruturas inter-regionais e internacionais serão empreendidas de uma forma complementar.

Uma produção orientada para o exterior em níveis diferentes apoiará um desenvolvimento faseado da sub-região de Angónia. Primeiro, as comunidades locais são encorajadas a produzir culturas de rendimento, para comercialização e processamento fora das suas respectivas comunidades em linha com a integração interna. Tais actividades serão ampliadas e diversificadas progressivamente, para os mercados regionais e de exportação.

O desenvolvimento da gestão deve ser melhorado nos diferentes níveis para apoiar o desenvolvimento sub-regional de Angónia. Para a integração interna e a estratégia das ligações regionais, devem ser melhoradas as capacidades das administrações locais e do Governo Provincial de Tete, bem como a participação local em linha com as políticas do Governo. Uma força totalmente orientada á exportação deve provir de uma iniciativa por parte do Governo que pode ser efectuada através do GPZ.

A estratégia básica para o desenvolvimento sub-regional de Angónia é estabelecida com três as componentes descritas acima: estratégia de duas-pontas para o desenvolvimento espacial, produção orientada para o exterior a diferentes níveis, e o melhoramento do desenvolvimento de gestão aos níveis local/regional. Cada componente é descrita como a seguir se detalha.

(1) Fortalecer a estrutura espacial

Actualmente, as infraestruturas básicas são largamente inadequadas na área rural predominante da Área do Estudo. Para melhorar a situação de uma forma custo-benefício efectiva, devem ser seguidas duas direcções. A primeira, consiste numa urbanização acelerada. A urbanização na Área do Estudo não é apenas inevitável mas também desejável, para utilizar os recursos limitados de desenvolvimento, de modo a servir as populações presentemente espalhadas. Isto deve ser guiado apropriadamente através da provisão de várias infraestruturas e serviços urbanos.

A segunda direcção consiste no fortalecimento selectivo de infraestruturas rurais. Para melhorar a entrega dos serviços sociais para a maioria das populações rurais, torna-se necessário associar os melhoramentos de infraestruturas rurais com o desenvolvimento de uma classe de trabalhadores qualificados, para operacionalizar estes serviços. Enquanto mais trabalhadores qualificados seriam formados, a disposição destes trabalhadores para as áreas rurais está condicionada à provisão de habitação adequada e outros benefícios. Portanto, esforços para melhorar a infraestrutura rural devem ser tomados na sua totalidade, e estrategicamente concentrados nos centros seleccionados de serviços rurais de maiores potenciais.

Os melhoramentos da infraestrutura nas áreas urbanas e rurais devem ser parte do fortalecimento da estrutura espacial do desenvolvimento sub-regional de Angónia em geral. Estes devem coincidir com o melhoramento da infraestrutura de transportes inter-regional e internacional. Pelo contrário, o melhoramento da infraestrutura básica nas áreas rurais e a urbanização acelerada, devem levar vantagem do melhoramento da infraestrutura de transportes inter-regionais e internacionais. O último deve cobrir o melhoramento de auto-estradas, terminal de contentores no interior, terminais de camiões e de autocarros, transporte fluvial, aeroporto internacional e caminhos de ferro.

(2) Promover produção orientada para o exterior

Presentemente, a maioria dos pequenos agricultores não têm uma forte motivação para aumentar a sua produção além dos níveis de subsistência, pois as oportunidades de comercialização são limitadas. A maioria dos agricultores estão sob uma posição subordinada aos pequenos comerciantes provenientes do exterior, para comprar os seus poucos excedentes a preços muito baixos, e para abastecê-los com comodidades básicas. Para fazer mudanças fundamentais a esta estrutura básica, deve ser promovida uma produção orientada para o exterior.

Os pequenos agricultores devem ser organizados para produzir várias culturas, tanto as existentes ou outras novas, para comercializar fora das suas comunidades, distritos e até região/país. A extensão rural e outros serviços de apoio, tais como informação dos mercados e créditos agrícolas, necessitam de ser providenciados para os agricultores organizados. Enquanto os mercados externos sforem desenvolvidos, medidas devem ser

tomadas para aumentar a produtividade, tais como irrigação, utilização de sementes melhoradas e fertilizantes, introdução de melhores complementos, e introdução da mecanização agrícola.

A produção orientada para o exterior deve ser promovida também noutros sectores. A Área do Estudo deve ficar em vantagem no movimento de comodidades, através do transporte inter-regional e internacional, e processamento de matérias-primas e produtos intermediários de outras regiões/países, até o produto acabado para comercialização externa. Este tipo de processamento de exportação deve ser aumentado na Área do Estudo. Outras indústrias baseadas nos recursos devem ser estabelecidas na Área do Estudo, provavelmente na cidade de Tete, para servir não apenas os habitantes locais, mas pessoas de países vizinhos, tais como cuidados avançados de saúde e pesquisa, nível elevado de educação, e serviços relacionados com turismo internacional.

(3) Melhoramento do desenvolvimento administrativo a níveis local/regional

O planeamento e administração do desenvolvimento devem ser muito fortalecidos a nível local. Este é um alvo a longo prazo, tendo em consideração a política de descentralização do governo, e não pode ser realizado de curto a médio prazos, considerando as ainda fracas capacidades financeiras e administrativas das administrações locais. Estas funções devem ser fortalecidas, primeiro aos níveis provincial e regional, e o GPZ, em colaboração com o governo provincial de Tete, está na melhor posição para a Área do Estudo. As seguintes estão entre as funções a serem examinadas para o fortalecimento aos níveis regional e local:

- planeamento e gestão urbana no contexto do desenvolvimento regional para apoiar uma urbanização acelerada,
- desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos,
- promoção da comercialização e investimentos, incluindo uma função de serviço de prestações completas (one stop shop) para investidores,
- planeamento e implementação dos programas e projectos de desenvolvimento de subsistência, em cooperação com as administrações locais,
- coordenação das actividades de formação para as empresas locais, e conduzir a formação para o planeamento local, gestão ambiental, e entrega de serviços sociais, e aconselhamento para o sistema de impostos locais, mobilização de fundos, e gestão financeira das administrações locais,
- serviços consultoria para o sistema de locais de taxas, obtenção de recursos e gestão financeira de administração local.

Capítulo 4. Estruturas do Desenvolvimento Regional de Angónia

4.1. Estrutura Sócio-económica

A estrutura sócio-económica foi formulada para o desenvolvimento sub-regional de do Planalto de Angónia até o ano 2025. A estrutura especifica o nível de desenvolvimento previsto para o ano alvo através de índices sócio-económicos seleccionados, projectados de uma forma mutuamente consistente.

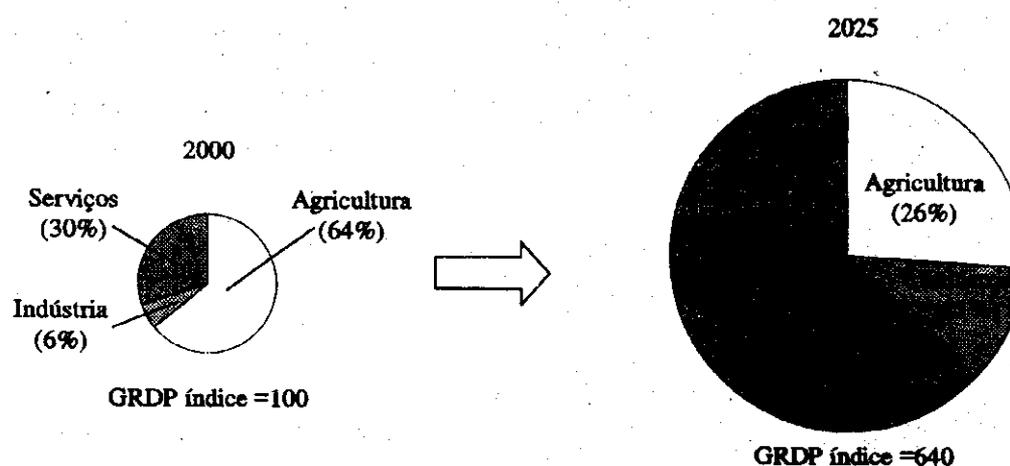
O produto doméstico bruto regional (GRDP) da região de Angónia é projectado assumindo as taxas de crescimento por sector, para os diferentes períodos conforme apresentados na Tabela 4. A economia da sub-região de Angónia é projectada para crescer a uma taxa com média annual de 7.8%, durante o período de planeamento com mudanças significantes na estrutura do sector como ilustrado na Figura 2.

Tabela 4. Taxa de Crescimento Económico da Região de Angónia até 2025

Período	(Unidade: %/ano)			
	GRDP	Agricultura	Indústria	Serviços
2000-2005	5.5	2.6	8.8	10.3
2005-2015	10.0	5.2	13.4	14.3
2015-2025	8.5	3.0	8.9	8.0
2000-2025	7.8	3.8	10.7	11.0

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

Figura 2. Projecção GRDP para a Sub-Região de Angónia, 2000/2015



A força laboral na região de Angónia é projectada para aumentar de 260,000 em 2000, para 550,000 em 2025. A população da região de Angónia é projectada para aumentar dos actuais 761,000 em 2000 para 1,504,000 em 2025 a uma taxa de crescimento médio anual de 2.8% (Tabela 5).

Capítulo 4. Estruturas do Desenvolvimento Regional de Angónia

4.1. Estrutura Sócio-económica

A estrutura sócio-económica foi formulada para o desenvolvimento sub-regional de do Planalto de Angónia até o ano 2025. A estrutura especifica o nível de desenvolvimento previsto para o ano alvo através de índices sócio-económicos seleccionados, projectados de uma forma mutuamente consistente.

O produto doméstico bruto regional (GRDP) da região de Angónia é projectado assumindo as taxas de crescimento por sector, para os diferentes períodos conforme apresentados na Tabela 4. A economia da sub-região de Angónia é projectada para crescer a uma taxa com média anual de 7.8%, durante o período de planeamento com mudanças significantes na estrutura do sector como ilustrado na Figura 2.

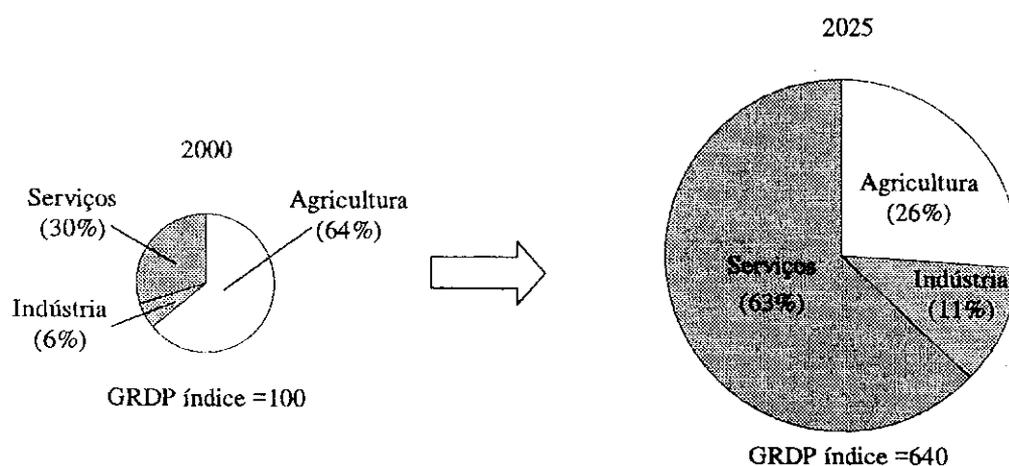
Tabela 4. Taxa de Crescimento Económico da Região de Angónia até 2025

(Unidade: %/ano)

Período	GRDP	Agricultura	Indústria	Serviços
2000-2005	5.5	2.6	8.8	10.3
2005-2015	10.0	5.2	13.4	14.3
2015-2025	8.5	3.0	8.9	8.0
2000-2025	7.8	3.8	10.7	11.0

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

Figura 2. Projecção GRDP para a Sub-Região de Angónia, 2000/2015



A força laboral na região de Angónia é projectada para aumentar de 260,000 em 2000, para 550,000 em 2025. A população da região de Angónia é projectada para aumentar dos actuais 761,000 em 2000 para 1,504,000 em 2025 a uma taxa de crescimento médio anual de 2.8% (Tabela 5).

Tabela 5. Crescimento de População na Sub-Região de Angónia, 2000/2025

	2000	2025	Média de crescimento 2000/2025 (%) p.a.
Área Urbana	201,800	654,500	4.8
Área Rural	559,800	849,700	1.7
Total	761,600	1,504,200	2.8

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

4.2. Estrutura Espacial

4.2.1. Estrutura do uso da terra

O uso e aproveitamento actual da terra foi analisado utilizando um sistema de informação geográfica (GIS), e os resultados são resumidos por distrito/cidade, na Tabela 6. A adequabilidade da terra para vários usos agrários foi analisada combinando um mapa de solos e um mapa agro-ecológico usando GIS. Combinando o actual uso da terra e a adequabilidade da terra através do GIS, o futuro uso e aproveitamento da terra foi desenvolvido. As regras de conversões de terra são apresentadas na Tabela 7. A Figura 3 mostra os indicativos para os usos futuros da terra.

Tabela 6. Uso Atual de Terras na Região de Angónia

							(Unit: km ²)	
	Angónia	Chifunde	Chiúta	Macanga	Moatize	Tsangano	Tete cidade	Área do Estudo
1. Terra cultivada	1,670	293	72	255	124	592	65	3,071
2. Área desenvolvida	2	0	0	1	0	0	17	20
3. Terras vazias/degradadas/ propenso a cheias	65	9	4	0	5	1	2	86
4. Arbustos	251	450	529	241	452	991	134	3,048
5. Vária densidade de mata	373	1,032	2,851	186	517	344	24	5,327
6. Floresta aberta	99	3,419	1,151	474	3,843	309	21	9,316
7. Outras florestas	757	4,303	2,509	6,040	3,450	1,424	0	18,483
8. Áreas com água e usos miscelâneos	43	0	9	0	38	0	23	113
Total	3,260	9,506	7,125	7,197	8,429	3,661	286	39,464

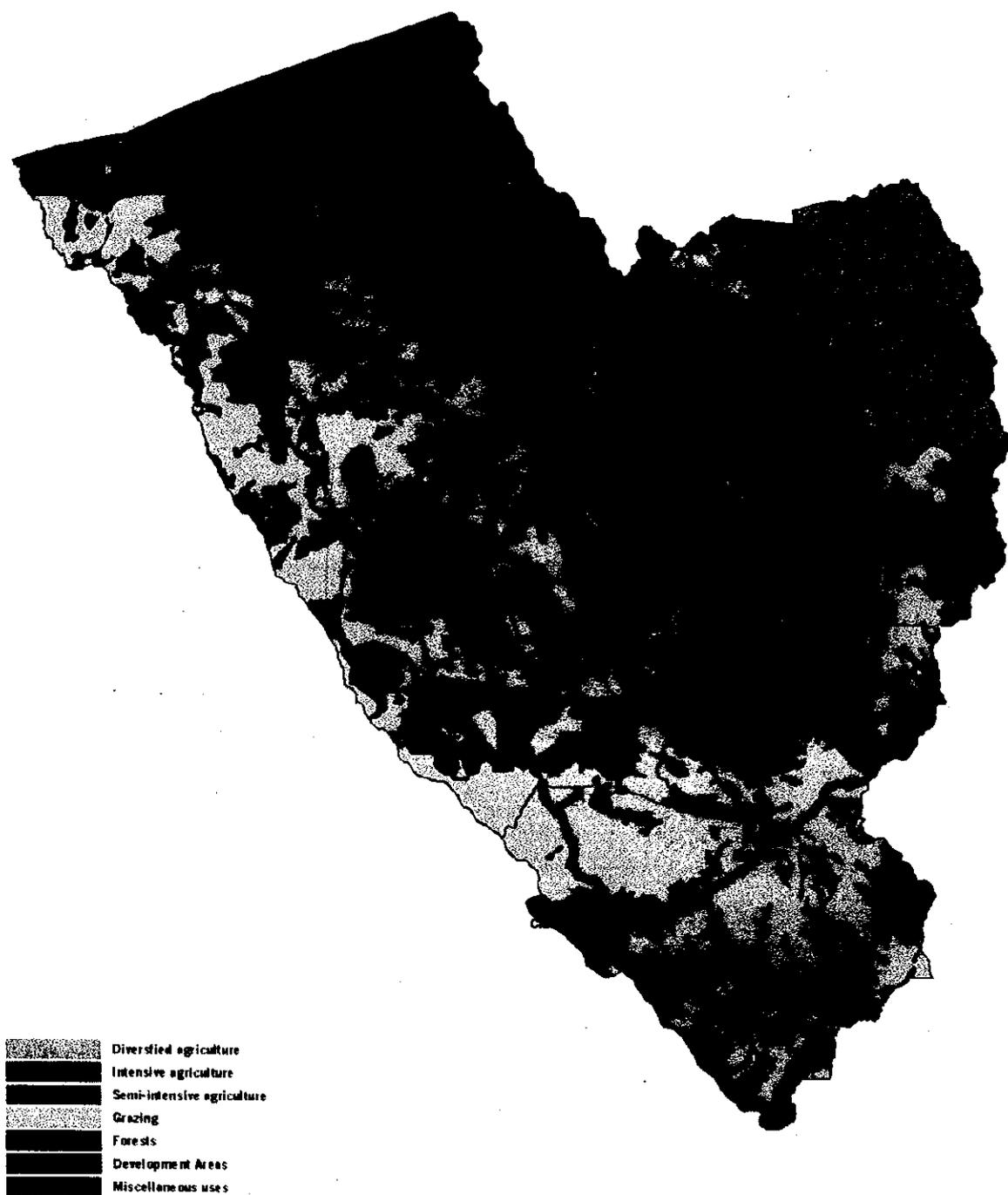
Fonte: Base de dados GIS.

4.2.2. Sistema de Estradas

Três artérias de estradas regionais poderão ser identificadas no centro de Moçambique. Todas elas são artérias internacionais. Como podem ser observadas na Figura 4, estas são nomeadamente as seguintes:

- 1) Corredor da Beira: Zimbabwe-Chimoio-Beira (Oceano Índico)
- 2) Artéria Norte-Ssul: Zâmbia-cidade de Tete-Chimoio-Beira (Oceano Índico)
- 3) Artéria Este-Oeste: Malawi-cidade de Tete-Changara-Zimbabwe

Figura 3. Indicativo do Uso Futuro da Terra



0 25 50 75 100 kilometers

Tabela 7. Matriz de Conversão do Uso de Terras

Utilização existente da terra	Utilização potencial da terra				
	Especializado e diversificado	Intensivo	Semi-intensivo	Semi-extensivo	Não adequado
1. Terra cultivada	①	②	③	③	④
2. Área desenvolvida	⑥	⑥	⑥	⑥	⑥
3. Terras vazias/degradadas/ propenso a cheias	⑦	⑦	⑦	⑦	⑦
4. Arbustos	①	②	③	③	④
5. Vária densidade de mata	①	②	③	③/④	④/⑤
6. Floresta aberta	②	③	④	④	⑤
7. Outras florestas	②	⑤	⑤	⑤	⑤
8. Áreas com água	⑦	⑦	⑦	⑦	⑦

Uso futuro da terra: ①Agricultura diversificada, ②Agricultura intensiva/semi-intensiva, ③Outros agricultura, ④Pasto, ⑤Florestas, ⑥Áreas de desenvolvimento, ⑦Usos miscelâneos.

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

Adicionalmente, as seguintes artérias poderão ser definidas como secundárias para suplementar as três artérias das estradas regionais:

- Tete/Moatize-Mutarara/Caia-Quelimane (Oceano Índico)

O sistema de artérias para Área do Estudo poderá ser definido dentro da estrutura do sistema regional de artérias para o centro de Moçambique. Naturalmente, duas artérias de estradas são definidas como artérias Norte-Sul e Este-Oeste como observado na Figura 5. A artéria Norte-Sul liga a Zâmbia no norte da cidade de Tete com a ER548, EN221 e a EN222, e estende-se ao sul, com a EN103. A artéria Este-Oeste liga Malawi no Leste e a cidade de Tete com a EN103, que estende-se até Changara e Zimbabwe no Oeste.

4.2.3. Hierarquia urbana

Dentro da estrutura espacial do centro de Moçambique, a cidade de Tete tem potenciais para tornar-se numa capital funcional da região. A cidade de Tete está localizada no centro de Moçambique, junto ao Rio Zambeze, e no ponto nodal no sistema regional de artérias. Possui uma grande disponibilidade de terra para expansão urbana, e hinterlands produtivas. O único problema é que ela é presentemente demasiado pequena.

De facto, o desenvolvimento da cidade de Tete segura a chave para o desenvolvimento sub-regional do Planalto de Angónia em alguns modos importantes. Primeiro, a provisão de vários serviços sociais e urbanos para a maioria dos habitantes locais podem ser melhorada com eficácia, melhorando as funções dos serviços da cidade e estabelecendo redes de serviços para cobrir outras áreas. Segundo, as ligações com outras regiões podem ser fortalecidas com eficácia, melhorando as infraestruturas dos transportes e telecomunicações na cidade e através de promover comércio e actividades de processamento de comodidades a serem fornecidas do exterior. Terceiro, a cidade de Tete poderá ser equipada com algumas funções centrais, dentro do contexto da iniciativa do Triângulo de Crescimento da Zâmbia-Malawi-Moçambique (ZMM-GT).

Figura 4. Sistema de Artérias para o Centro de Moçambique

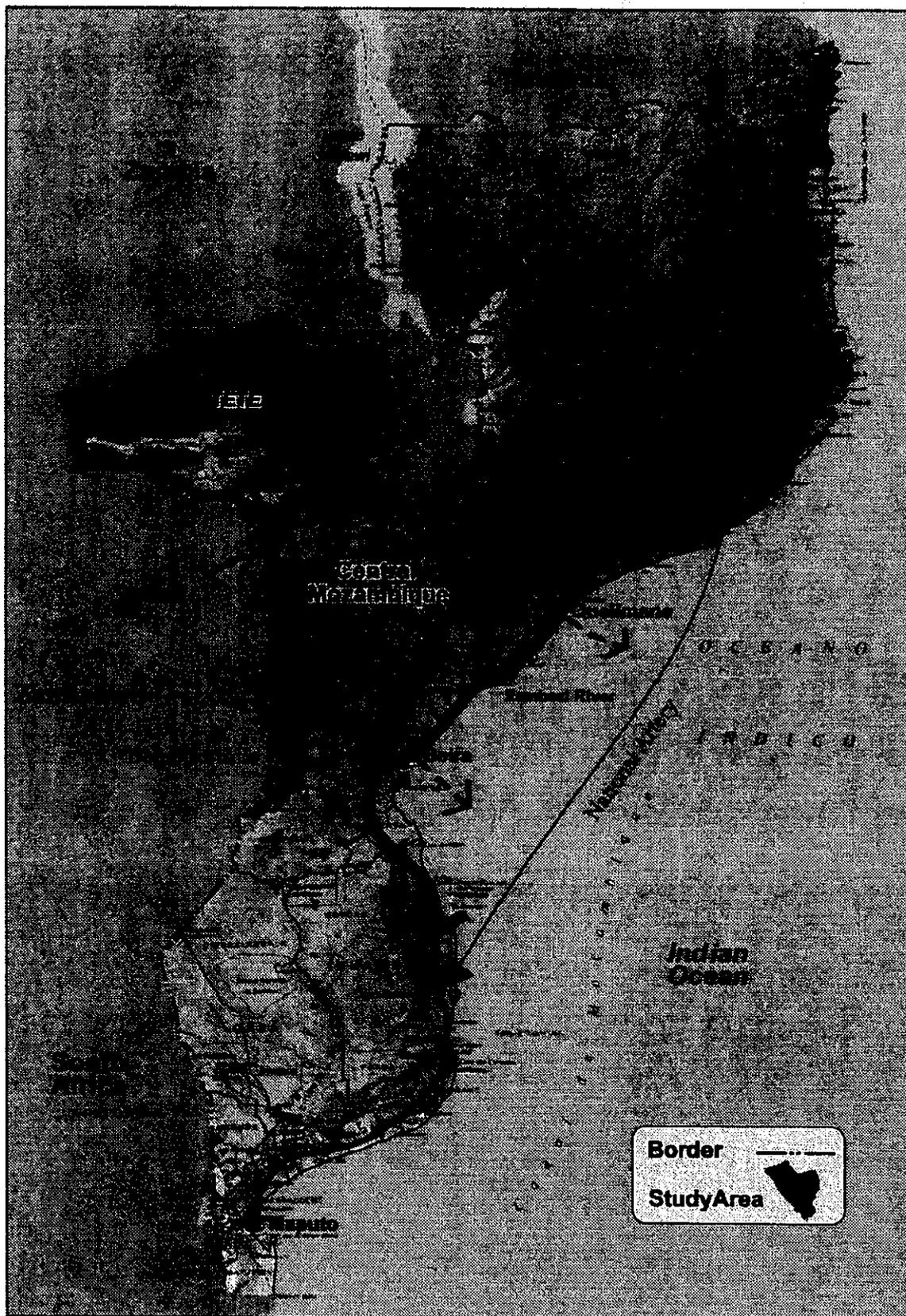


Figura 4. Sistema de Artérias para o Centro de Moçambique

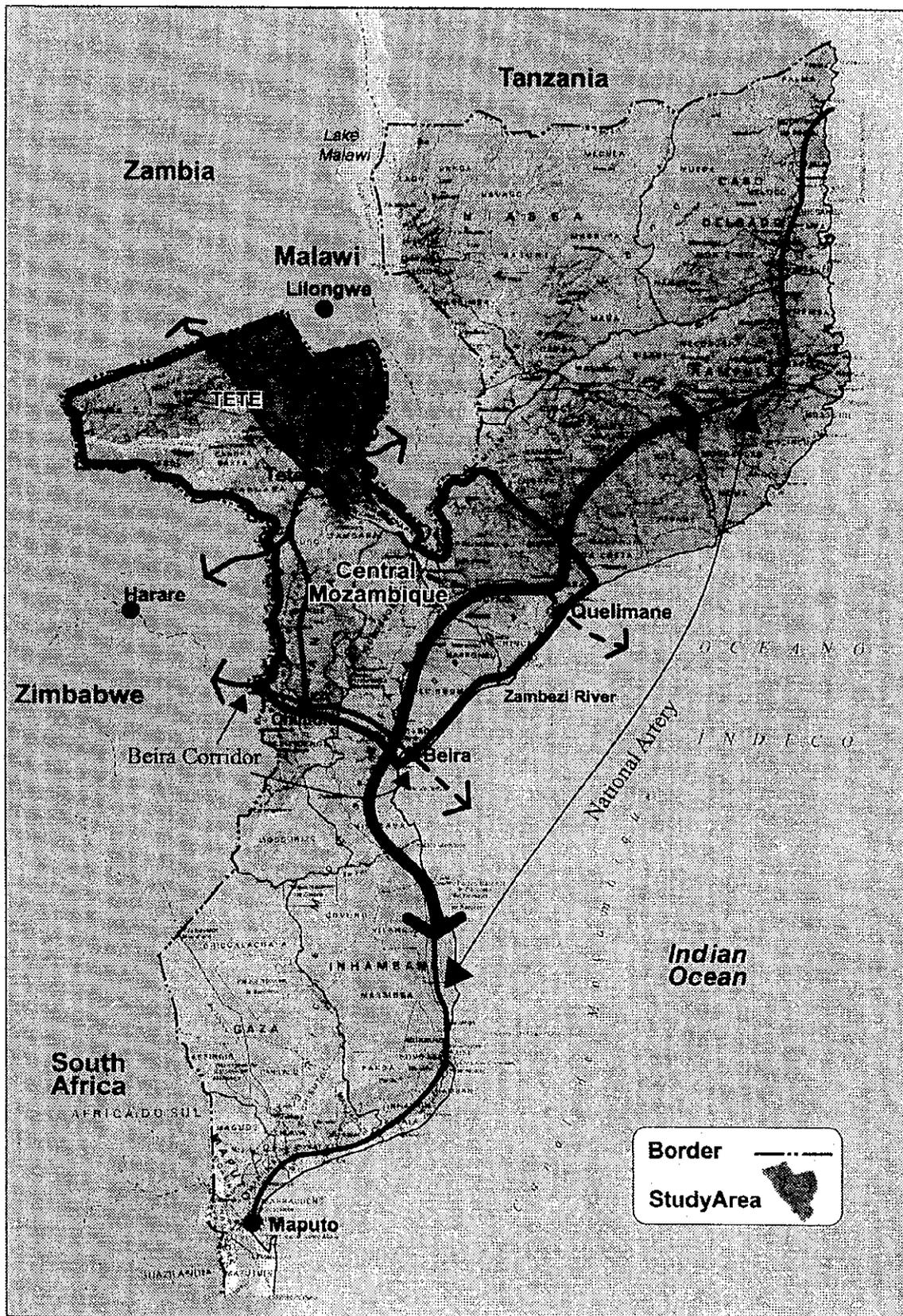


Figura 5. Sistema de Artérias para a Área do Estudo

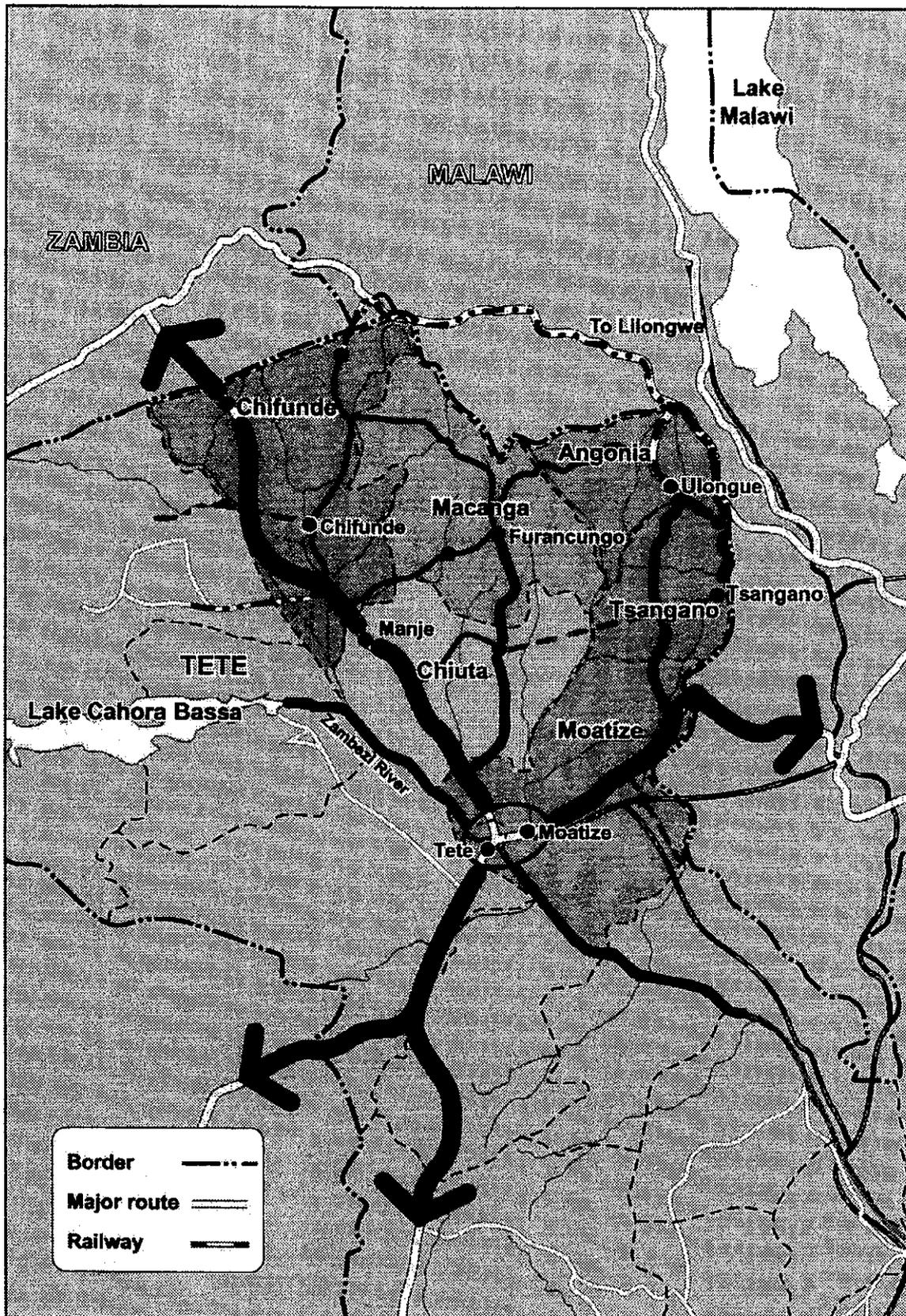
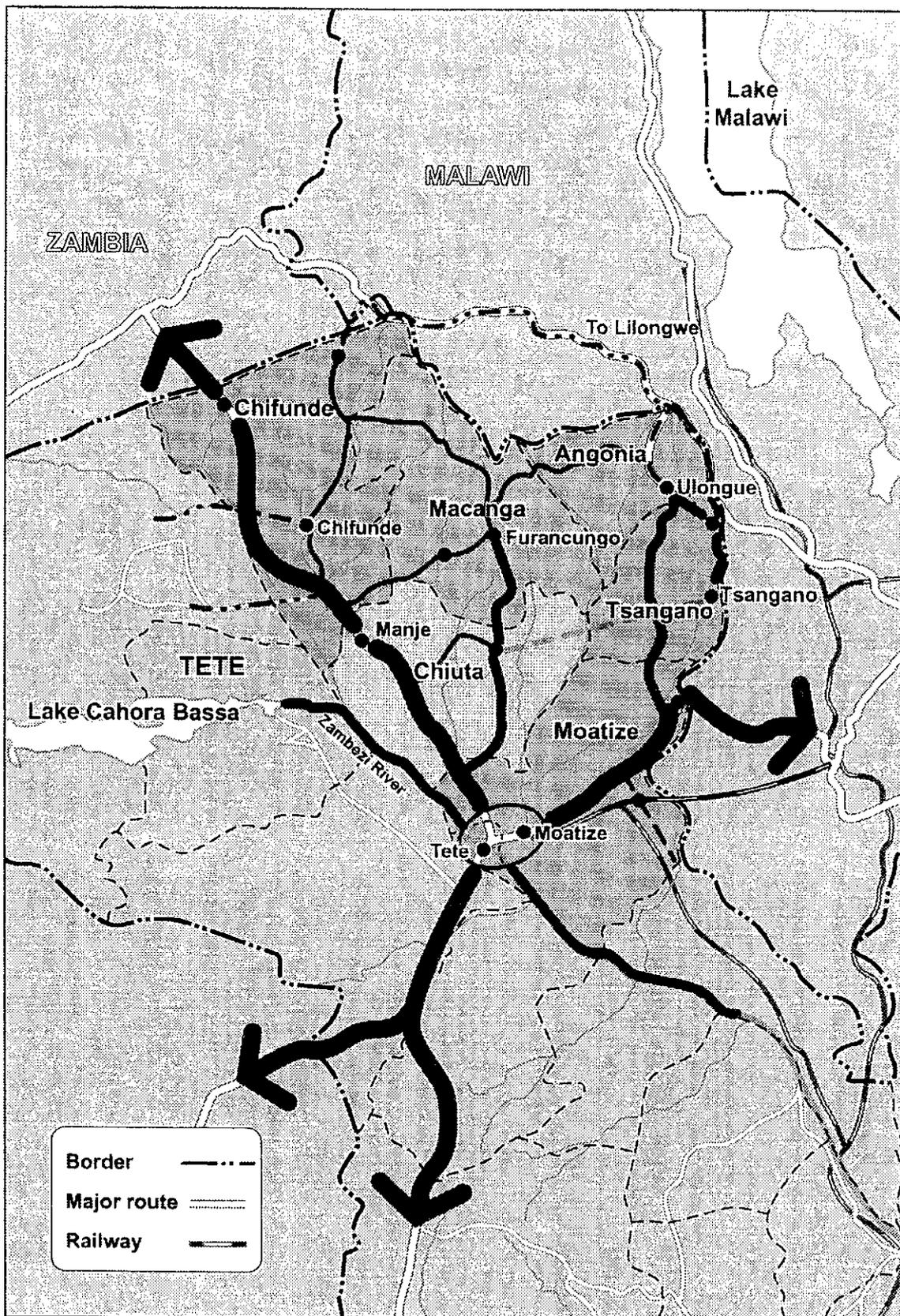


Figura 5. Sistema de Artérias para a Área do Estudo



Para servir estas funções, uma urbanização atraente e acelerada para a cidade de Tete, torna-se uma exigência. Considerando a presente população, um desenvolvimento complementar com Moatize, a cidade vizinha, poderá ser concebido. Para indústrias de fabrico, uma das possibilidades é de Moatize especializar-se em indústrias baseadas em recursos, para Tete desenvolver indústrias de produtos para consumidores baseados no comércio inter-regional e a aglomeração existente. Várias infraestruturas urbanas nestas cidades deverão ser melhoradas também de um modo complementar.

Com este forte núcleo da área urbana, uma estrutura hierárquica de centros urbanos deve ser estabelecida por fases, com divisões funcionais entre os centros urbanos em camadas diferentes. As outras cinco sedes distritais, naturalmente constituirão a segunda camada dos centros urbanos. Na terceira camada, povoações seleccionadas poderão ser fortalecidas com infraestruturas melhoradas, para servir as respectivas povoações vizinhas para serviços agrícolas de apoio e serviços sociais básicos. Estas povoações poderão ser chamadas centros de serviços urbanos. Na quarta camada, centros de serviços rurais fornecerão as comunidades com serviços sociais básicos para pessoas nos centros e nas suas respectivas povoações.

O sistema hierárquico das povoações é resumido na Tabela 8. A área do núcleo urbano Tete-Moatize poderá ter uma população de 700,000 em 2025, dos quais alguns 80% podem ser urbanos. O tamanho da população de outros centros é previsto a ser mais ou menos o seguinte: 20,000-40,000 (60% urbano) para centros urbanos secundários, 5,000 (50% urbano) para centros de serviços urbanos, e 2,000 (maioria rural por definição) para os centros de serviços rurais.

Tabela 8. Sistema Hierárquico Urbano para a Região de Angónia

Nível de hierarquia	Centro Urbano	Funções
Centro Regional	Tete Moatize	Centro urbano multi-funcional e capital funcional do centro Moçambique; centro comercial e de comercialização, e porta de turismo; especializado na indústria de produtos para o consumidor Centro industrial especializado particularmente no fabrico de produtos baseados nos recursos, energia e centro de minas.
Centros Urbanos Secundários	Ulóguè Manje Furancungo Chifunde Tsangano	Comercialização agro-relacionada e centro de agro-processamento; sub-centro turismo Comercialização agricultura e centro de distribuição Centro de serviços para a agricultura Centro de serviços sociais Centro de serviços para a agricultura
Centros de Serviços Urbanos	Dómuè Mualadze N'Sadzu Kazula Chidzolomondo Zóbuè Cambulatsitsi Ntengo-wa-Mbalme	Sub-centro de serviço social; sub-centro de agricultura Sub-centro de serviços sociais Centro comercialização fronteira; sub-centro de serviços sociais Centro de serviço para a agricultura Sub-centro de serviços sociais Centro comercialização fronteira; sub-centro de serviço social Sub-centro de serviços sociais Sub-centro de serviços sociais
Centros de Serviços Rurais	Aproximadamente 25 centros a serem selecionados	Centros comunitários

Fonte: Equipa de Estudo JICA.

Capítulo 5. Projectos e Programas de Desenvolvimento

O desenvolvimento regional de Angónia até o ano 2025 será apoiado por um conjunto de projectos de desenvolvimento e medidas institucionais relacionadas, constituindo o plano principal para o desenvolvimento sub-regional de Angónia. Algumas medidas institucionais são incorporadas nos projectos de desenvolvimento para definir os programas. No próximo capítulo, são recomendados os acordos institucionais para a implementação do plano principal.

5.1. Estrutura do Plano Principal do Desenvolvimento Regional de Angónia

As três componentes da estratégia básica para o desenvolvimento regional de Angónia serão aplicadas em diferentes partes da região, com mudanças de ênfases por fases, como ilustrado na Figura 6. Correspondente aos três componentes, todos os projectos e programas propostos, formam um pacote com quatro programas amplos:

- (1) Iniciativa de Desenvolvimento Urbano,
- (2) Melhoramento Sócio-Económico Rural,
- (3) Fortalecimento da Estrutura Espacial, e
- (4) Melhoramento da Responsabilidade Local.

Figura 6. Relacionamentos entre Três Componentes de Estratégia Básica

Fortalecimento da estrutura espacial	Produção orientada para o exterior		
	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Intra-regional	Por todas as áreas rurais	Por toda a Área coberta pelo Estudo	—
Inter-regional	Tete cidade	Cidades secundárias Tete cidade e proximidades	Por toda a Área coberta pelo Estudo
Internacional	Comércio fronteiriço (predominante informal)	Comércio fronteiriço (formalizado) Tete cidade	Corredor Tete-Moatize Algumas cidades secundárias
→ Melhoramento do desenvolvimento administrativo			

A Iniciativa de Desenvolvimento Urbano segue a orientação para o exterior nas áreas urbanas com o foco na cidade de Tete e arredores, de modo a que possa liderar com um nível elevado o desenvolvimento sub-regional de Angónia, e também a criar uma outra área urbana para servir o Planalto de Angónia. O melhoramento da Sócio-Económico Rural segue uma orientação para o exterior nas áreas rurais, para diversificar as actividades e elevar a produtividade de modo a que as populações rurais possam ligar-se com áreas urbanas mais avançadas.

O Fortalecimento da Estrutura Espacial segue a estratégia de fortalecimento da estrutura

espacial em diferentes níveis, de modo a facilitar a integração das actividades rurais e urbanas, e entre a sub-região de Angónia e as regiões e países vizinhos. O Melhoramento da Responsabilidade Local segue a estratégia do melhoramento do desenvolvimento administrativo, numa base mais ampla, para assegurar que as capacidades humanas, sociais e ambientais na região aumentem para apoiar todas as actividades detalhadas acima (Figura 6).

5.2. Projectos e Programas de Desenvolvimento

Um total de 48 projectos e programas foram formulados nos diferentes sectores. Estes estão em pacotes de quatro programas amplos como descrito acima. Projectos adicionais foram formulados através de seminários comunitários. Estes projectos constituem um programa especial para um desenvolvimento participativo. Todos os projectos e programas propostos estão alistados por um vasto programa desde a Tabela 9 à Tabela 13, cada um com respectivo título, localização, agências de implementação, e os objectivos. Os perfis da maioria dos projectos e programas estão contidos nos Apêndices.

5.3. Calendário Indicativo de Investimento

O investimento público que poderá ser alocado à sub-região de Angónia até 2025 encontra-se estimado como se demonstra na Tabela 14. Esta estimativa baseia-se no crescimento económico a nível nacional, os investimentos totais e públicos sob, forma de percentagens do PIB, e a alocação dos investimentos totais e públicos para a sub-região de Angónia, em proporção com o futuro crescimento populacional. Como se mostra na tabela, a alocação dos investimentos públicos à sub-região de Angónia é de US\$231,9 milhões na Fase 1 (até 2010), US\$435,3 milhões na Fase 2 (2010-20), e US\$311,2 milhões na Fase 3 (2020-25) para um total de US\$978,4 milhões durante um período de 25 anos.

Tabela 14. Estimativa da Alocação dos Investimentos Públicos na Região de Angónia

	2000	2010	2020	2025
PIB (US\$10 ⁶)	4.500	8.060	14.430	19.310
PIB incremental (US\$10 ⁶)		3.560	6.370	4.880
Investimentos públicos cumulativos (US\$10 ⁶)		5.171	9.262	6.313
Investimentos privados cumulativos (US\$10 ⁶)		5.171	11.114	7.575
Investimentos totais cumulativos (US\$10 ⁶)		10.342	20.376	13.888
População nacional (10 ³)	17.242	21.857	27.170	29.998
População na Área do Estudo (10 ³)	761,6	994,1	1.316,6	1.504,2
Proporção (%)	4,42	4,55	4,85	5,01
Investimentos públicos na Área do Estudo (US\$10 ⁶)	231,9	435,3	311,2	

Fonte: Equipe de Estudo da JICA.

Tabela 9. Iniciativa de Desenvolvimento Urbano com 13 Projectos/Programas

No.	Título do Projecto	Localização	Agências de Implementação	Objectivos
1.1	Desenvolvimento do Corredor Tete-Moatize	Cidade de Tete, Moatize e arredores	GPZ (coordenação), Inter-agência, empresas privadas	(1) Criar um núcleo urbano com infraestruturas urbanas de alta qualidade para atrair investimentos; e (2) Fornecer serviços urbanos de alta qualidade para o centro de Moçambique e algumas funções do centro para a ZMM-GT.
1.2	Expansão do Abastecimento de Água à Cidade de Tete	Tete cidade	DPOPH, Água de Tete	(1) Aliviar rapidamente a pressão actual no sistema de abastecimento de água na cidade de Tete para atender à rápida expansão populacional; e (2) Melhorar continuamente a qualidade do abastecimento de água da cidade de modo a satisfazer o aumento de procura.
1.3	Melhoramento das Estradas Urbanas	Tete cidade e Vila de Moatize	ANE, Tete cidade e vila de Moatize	(1) Melhorar as estradas urbanas na cidade de Tete e vila de Moatize de maneira a apoiar as actividades económicas sediadas na urbe; e (2) Melhorar o meio ambiente dos residentes locais.
1.4	Expansão do Abastecimento de Energia da Cidade de Tete	Tete cidade e corredor	EDM	(1) Melhorar o abastecimento de energia na cidade de Tete; e (2) Expandir o abastecimento de energia no corredor até Zobue.
1.5	Telecomunicações da Cidade de Tete	Tete cidade	TDM	Fortalecer ligações entre a cidade de Tete e países e cidades principais nas regiões vizinhas.
1.6	Estabelecimento de Zona Agro-Industrial	Moatize	GPZ, DPOPH, empresas privadas	(1) Apresentar procedimentos simplificados sobre actividades de negócio, incluindo incentivos especiais para o Vale do Zambeze; e (2) Fornecer infraestruturas de alta qualidade para promoção do investimento.
1.7	Estabelecimento de um Centro de Negócios	Tete cidade	DPOPH, MINT, empresas privadas	(1) Criar um centro que de desenvolvimento de negócios privados simplificado para processar e autorizar investimentos; e (2) Fornecer todos os tipos de informação de mercado; e (3) Apoiar estas funções com equipamento avançado IT e áudio.

(No)	(Título do Projecto)	(Localização)	(Agências de Implementação)	(Objectivos)
1.8	Instituto de Tecnologia Industrial e Informação de Pesquisa	Tete cidade	Ministério de Indústria e Comércio	Fornecer tecnologia de produção e informação necessárias para a gestão de negócios.
1.9	Desenvolvimento do Carvão de Moatize	Moatize	Empresas privadas	(1) Expandir produção do carvão de Moatize; e (2) Diversificar produtos de carvão através de escolha e tratamento, bem como coques e fabricode bio-briquetes.
1.10	Instituto Médio de Geologia e Minas Programa de Apoio	Tete cidade	MINED	(1) Melhorar as instalações no Instituto de Geologia e Minas; e (2) Expandir matérias e curricula no Instituto.
1.11	Central Térmica de Moatize	Moatize	Empresas privadas	(1) Utilizar efectivamente grandes quantidades de carvão térmico a ser gerado pela produção de coques de carvão; e (2) Contribuir para fazer da região do Planalto de Angónia um centro de exportação poderoso na África Austral.
1.12	Fabricode de Ferro e Aço Em Pequena-escala	Moatize	Empresas privadas	(1) Fornecer produtos de aço de alta qualidade utilizando recursos locais; e (2) Introduzir uma indústria de destaque para vitalização e fortalecimento das ligações económicas locais.
1.13	Planalto Angónia Integrado no Desenvolvimento Urbano	Uílongue e arredores	GPZ (coordenação), Inter-agências	(1) Seguir desenvolvimento altamente produtivo através do desenvolvimento integrado da agricultura, agro-indústria e serviços relacionados; e (2) Criar uma área de alta densidade populacional para a provisão efectiva de serviços sociais.

Fonte: Equipa do Estudo JICA.

Tabela 10. Melhoramento da Sócio-Economia Rural com 11 Projectos/Programas

No.	Título do Projecto	Localização	Agências de Implementação	Objetivos
2.1	Programa Integrado de Desenvolvimento Rural	Áreas de planície do Rio Zambeze	GPZ (coordenação), Inter-agências	(1) Expandir povoações nas áreas de planícies do Zambeze escassamente populacionadas melhorando as infraestruturas rurais; e (2) Fornecer serviços urbanos de alta qualidade para o centro de Moçambique e algumas funções do centro para a ZMM-GT.
2.2	Desenvolvimento de Pequenos Esquemas para Irrigação	Ao longo de pequenos afluentes nos seis distritos	GPZ, MADER, empresas privadas	(1) Convencer agricultores da efectividade de irrigação no aumento de produção e colheitas; e (2) Desenvolver e acumular experiências sobre agricultura irrigada e comercialização de culturas diversificadas.
2.3	Programa de Desenvolvimento de Sistemas para Agricultura Integrada	Áreas no Planalto de Angónia	GPZ, MADER	(1) Estabelecer vários sistemas de agricultura integrada através de pequenos agricultores; e (2) Aumentar a produção de culturas e gado e excedentes para processamento.
2.4	Barragem Multi-funcional no Rio Revúboè	Rio Revúboè	GPZ (coordenação), MOPH, MADER	(1) Ser pioneiro de desenvolvimento polivalente e gestão dos recursos de hídricos em Moçambique; e (2) Contribuir para melhorar a produtividade agrícola, abastecimento estável de energia, controlo de cheias, e expansão do abastecimento de água para Moatize e arredores.
2.5	Programa de Estabelecimento de Novas Culturas para Exportação	Áreas de planície do Zambeze e encostas	GPZ, MADER	(1) Estabelecer/expandir culturas para óleo como girasol, soja, amendoim e sésame; e (2) Promover a produção de caju nas encostas das montanhas.
2.6	Programa de Desenvolvimento Pecuário	Por toda a sub-região	GPZ, MADER	(1) Promover procriação de animais de pequeno e grande portes fornecendo controlo de doenças e melhorando os serviços veterinários; e (2) Introduzir raças melhoradas para aumentar a produtividade, incluindo gado leiteiro.

(No)	(Título do Projecto)	(Localização)	(Agências de Implementação)	(Objectivos)
2.7	Programa de Promoção de Associações de Agricultores	Por toda a região	GPZ, MADER	Apoiar agricultores a organizar associações que fornecerão assistência técnica e funcionam como canais para procura de equipamento agrícola e comodidades diárias bem como comercialização agrícola.
2.8	Desenvolvimento de Armazenagem de Cereais	Tete cidade, Ulóngue	Cooperativas agrícolas, associações de moageiras	(1) Expandir a capacidade de armazenagem de cereais na região do Planalto de Angónia para estabilizar o abastecimento e preços dos cereais; e (2) Apoiar a região a tornar-se o celeiro no centro de Moçambique.
2.9	Abastecimento de Água Distrital	Capitais distritais em seis distritos	DPOPH, Água Rural	Melhorar abastecimento de água nas sedes dos seis distritos através da reabilitação dos sistemas existentes e expansão de áreas de serviço.
2.10	Electrificação Rural	Por toda a região	GPZ, MIREME, EDM	(1) Estabeler o fornecimento de energia eléctrica em todas as sedes dos distritos; (2) Desenvolver sistemas independentes de abastecimento em energia eléctrica para áreas remotas; e (3) Promover o uso de recursos locais de energia.
2.11	Programa de Exploração de Recursos Minerais	Mt. Chidue, Mt. Muambe, Angónia, Mt. Muambe	GPZ, MIREME	Explorar sistematicamente os recursos minerais mais prometedores tais como cobre em Mt. Chidue, o depósito de fluorite e outros minerais raros em Mt. Muambe, Grafite em Angónia, e Apatite no Monte Muande.

Fonte: Equipa do Estudo JICA.

Tabela 11. Fortalecimento da Estrutura Espacial com 11 Projectos/Programas

No.	Título do Projecto	Localização	Agências de Implementação	Objectivos
3.1	Programa de Melhoramento Auto-ajuda para de Estradas Rurais	Por toda a região	Administradores distritais, ANE Tete	Manter e reparar estradas urbanas através de esforços de apoio próprio da comunidade nas áreas rurais.
3.2	Melhoramento de Estradas terciárias	Por toda a região	GPZ, ANE	<ol style="list-style-type: none"> (1) Reabilitar secções de estradas secundárias para torná-las transitáveis em quaisquer condições a curto prazo; (2) Melhorar algumas estradas secundárias em fases de modo a assegurar o acesso a todas as capitais dos distritos; e (3) Eliminar deficiências da rede para estabelecer um sistema eficiente de estradas secundárias a longo prazo.
3.3	Melhoramento das Auto Estradas Internacionais	Tete cidade, Moatize, Chiúta e Chifunde	ANE	<ol style="list-style-type: none"> (1) Melhorar duas estradas de artérias regionais com padrões internacionais; (2) Melhorar condições de localização do corredor de Tete-Moatize para investimentos; e (3) Melhorar o acesso a outras áreas da região centro.
3.4	Linha de Sena	Províncias de Sofala, Manica e Tete e Malawi	GPZ, CFM	<ol style="list-style-type: none"> (1) Fornecer a força para o desenvolvimento regional do Vale do Zambeze e Angónia; (2) Facilitar exportação do carvão de Moatize e outros produtos locais; e (3) Contribuir para o estabelecimento de um sistema de transporte multi-nodal com ligação para os países vizinhos.
3.5	Desenvolvimento do Transporte no Rio Zambeze	Rio Zambeze	GPZ, Tete cidade, empresas privadas	<ol style="list-style-type: none"> (1) Utilizar o rio Zambeze como meio barato de transportar produtos locais; e (2) Introduzir viagens fluviais para turismo
3.6	Melhoramento dos Serviços de Autocarros	Por toda a região	ANE, empresas privadas	<ol style="list-style-type: none"> (1) Melhorar os serviços de autocarros encorajando concorrência entre os operadores privados; e (2) Estabelecer um terminal de autocarros na cidade de Tete para facilitar serviços de longa distância.

(No)	(Título do Projecto)	(Localização)	(Agências de Implementação)	(Objectivos)
3.7	Terminal de Carga no Interior	Tete cidade	DPOPH, empresas privadas	(1) Estabelecer uma terminal de carga na cidade de Tete para facilitar o transporte de longa distância; e (2) Contribuir para o estabelecimento de um sistema de transporte multi-nodal com ligações com os países vizinhos.
3.8	Nova Ponte sobre o Rio Zambeze	Tete cidade	GPZ, ANE, empresas privadas	(1) Satisfazer as futuras exigências de trânsito da artéria internacional na travessia da ponte sobre o Zambeze; (2) Estabelecer um símbolo de integração regional e nacional na nova era; (3) To contribute to high image of the region and Tete city.
3.9	Melhoramento do Aeroporto Internacional de Tete	Tete cidade	ADM, Aviação Civil, empresas privadas	(1) Melhorar as instalações e serviços do aeroporto de Tete; e (2) Estabelecer uma rede de serviços aéreos locais ligados aos países vizinhos.
3.10	Telecomunicações Rurais	Sedes dos Distritos	TDM	(1) Estabelecer ligações telefónicas com todas as sedes distritais; e (2) Fornecer serviços telefónicos básicos à maioria das maiores povoações.
3.11	Melhoramento das Instalações das Fronteiras	Zóbuè, Calómuè, Biri-biri, Cuchamano, Cassacatiza, Misasale	Migração, Alfândegas, administrações distritais, MINT	(1) Melhorar as instalações de migração e alfândegas nos pontos fronteiriços; e (2) Melhorar as instalações do mercado para comércio fronteiriço.

Fonte: Equipa do Estudo JICA.

Tabela 12. Aumentar a Responsabilidade Local com 13 Projectos/Programas

No.	Título do Projecto	Localização	Agências de Implementação	Objectivos
4.1	Fortalecimento Institucional do GPZ	Cidade de Tete	GPZ	(1) Fortalecer funções do GPZ para o planeamento e coordenação e ainda a coordenação entre o público e sectores privados relacionado com o desenvolvimento industrial; e (2) Expandir as capacidades do GPZ para torná-lo proprietário.
4.2	Melhoramento da capacidade de Planeamento Local e Gestão	Por toda a região	GPZ, Cidade de Tete, administrações distritais	Melhorar o planeamento local e capacidade de gestão para apoiar a urbanização acelerada dentro do contexto do desenvolvimento regional do Planalto de Angónia.
4.3	Desenvolvimento de Dados sobre a Bacia do Rio Zambeze	Tete cidade	GPZ	(1) Estabelecer uma base de dados compreensiva para a bacia do Rio Zambeze cobrindo ambos os dados naturais e socio-económicos; e (2) Contribuir na promoção de cooperação internacional da bacia do rio Zambeze na sua globalidade
4.4	Modernização de Gestão Corporativa	Tete cidade, Angónia e Moatize	Escolas vocacionais públicas	Modernizar a gestão corporativa das empresas existentes de modo a melhorar o sector privado e aumentar a concorrência das empresas.
4.5	Melhoramento do Hospital Provincial de Tete	Tete cidade	MISAU	(1) Melhorar os serviços de saúde do Hospital Provincial de Tete através de equipamento médico adequado; e (2) Estabelecer um centro provincial de actividades relacionadas ao doenças de HIV/SIDA.
4.6	Estabelecimento de um Sistema de Referência de Saúde	Por toda a região	MISAU, administradores distritais	(1) Estabelecer um sistema de referência entre hospitais e as diferentes camadas para cobertura de cuidados de saúde efectivos com recursos limitados; e (2) Introduzir sistemas de telecomunicações para melhorar a operação do sistema de referência.
4.7	Programa Melhorado de Consciencialização de Saúde	Por toda a região	MISAU	Melhorar a consciencialização para saúde preventiva e saneamento entre as comunidades locais, através de campanhas de informação e educação.

(No)	(Título do Projecto)	(Localização)	(Agências de Implementação)	(Objectivos)
4.8	Programa de Educação à Distância	Por toda a região	MINED	(1) Alcançar cobertura total de educação primária; e (2) Melhorar qualidade de educação em todos os níveis, estabelecendo um sistema de educação aberto ligado a indivíduos qualificados e institutos no exterior.
4.9	Melhoramento de Escolas Primárias	Por toda a região	MINED	(1) Melhorar instalações existentes de escolas primárias de curto a médio prazos; e (2) Expandir capacidades de educação primária por fases de médio a longo prazos.
4.10	Programa de Gestão de Recolha de Bacia do Rio	Áreas de represa por superiores e médias nos três afluentes	Administrações locais, comunidade-des, MICOA	(1) Restaurar e melhorar a capacidade ambiental das bacias dos rios afluentes; e (2) Estabelecer organizações de gestão baseadas na comunidade-de para a gestão de água um uso sustentável da água e dos recursos do solo.
4.11	Inventário Ambiental	Chitúa, Chifunde	MARD, MICOA, Província de Tete, GPZ	(1) Conduzir um inventário ambiental para criar uma base de dados sobre os recursos sociais e naturais; e (2) Preparar dados compreensivos sobre a bio-diversidade para justificar o estabelecimento de uma reserva de fauna bravia.
4.12	Urban Environment Improvement Program	Tete cidade	DPOPH, administradores distritais	(1) To realize clean and sanitary urban environment through proper management of solid wastes and wastewater; and (2) To create urban amenity for local residents and visitors.
4.13	Centro de Energia Renovável	Tete cidade	GPZ, MIREME, EDM	(1) Estabelecer um centro de informação com uma base de dados sobre recursos de energia renovável e sua utilização; (2) Providenciar assistência técnica a pessoas em áreas rurais para uma aplicação da energia renovável.

Fonte: Equipa do Estudo JICA.

Tabela 13. Programa Especial para o Desenvolvimento Participatório com 10 Projectos/Programas

No.	Título do Projecto	Localização	Agências de Implementação	Objectivos
S.1	Melhoramento dos Serviços de Extensão	Seis distritos e Tete cidade	DPADER, ONGs	(1) Melhorar papel e capacidade dos serviços de extensão rural; (2) Encorajar percepção e comportamento positivo para mudanças de ambiente humano.
S.2	Mobilização da Participação Comunitária	Seis distritos e Tete cidade	DPADER, ONGs	Utilizar e revitalizar as organizações sociais existentes nas comunidades para servirem efectivamente os seus respectivos membros comunitários.
S.3	Educação para Adultos sobre Posse e Gestão de Terras de Agricultura Sustentável	Dala, Mbinhe, Namadende, Aphanje, Mankanje	DPADER, DPE, governo provincial	Adquirir conhecimento, habilidades e atitudes sobre práticas agrícolas sustentáveis e benéficas ao ambiente.
S.4	Programa de Reprodução de Pequenas Espécies	Chimwala, Nkanta, Nsadz, Chipiri, Ntowe, Namadende Banga	DPADER, ONGs	Aumentar rendimento da venda de pequenos animais nos mercados locais.
S.5	Programa de Horticultura/Plantio de Árvores	Chimwala	DPADER, DPE, governo provincial	Promover uma variedade de árvores de fruta e hortícolas especificamente para mulheres nas comunidades rurais.
S.6	Centro de Habilidades Comunitárias	Chipiri, Lumadzi, N'towe	DPADER, DPE, governo provincial	Adquirir conhecimentos e habilidades sobre habilidades comunitárias tais como carpintaria, maçonaria, fabrico de mobílias, etc.
S.7	Programa para Negócios de Pequena-escala	Todas as 12 comunidades pesquisadas	DPADER, DPE, DPIC e governo provincial	Diversificar fontes de rendimento através do encorajamento iniciando qualquer tipo de pequeno negócio providenciando um pequeno crédito informal.
S.8	Reabilitação de Estradas por Meios de Auto-ajuda	Dala, Mukantha, Nsadz, Chipiri, Lumadzi, Mbinhe, Aphanje, Banga, Makonje	Dept. de Estradas, governo provincial	(1) Melhorar a rede de estradas e comunicação entre aldeias dentro das comunidades; e (2) Melhorar acesso ao mercado e serviços sociais.

(No)	(Título do Projecto)	(Localização)	(Agências de Implementação)	(Objectivos)
S.9	Formação Técnica de Água e Saneamento	Dala, Mukantha, Nsadzu, Lumadzi, Mbinhe, Aphande, Banga, Makonje, Ntowe	DPOPH, Água Rural	(1) Melhorar e manter os sistemas existentes de abastecimento de água; e (2) Melhorar as condições sanitárias das comunidades rurais.
S.10	Construção de Escolas e Postos de Saúde	Todas as 12 comunidades pesquisadas	DPADER, DPE, governo provincial	Melhorar a qualidade da prestação dos serviços sociais através de iniciativas colaborativas das comunidades e governo.

Fonte: Equipa do Estudo JICA.

Dentro deste arcabouço, prepara-se um programa indicativo de investimentos públicos, incluindo todos os programas e projetos propostos. Os custos de investimento de todos os projetos e programas são estimados de uma maneira aproximada, mas nenhuma estimativa é feita para aqueles projectos e/ou programas a serem implementados com financiamentos do sector privado. Como se mostra na Tabela 15, os custos dos investimentos públicos totais são de US\$203,7 milhões para a Fase 1, US\$390,2 milhões para a Fase 2 e US\$144,6 milhões para a Fase 3, correspondendo a 87,8%, 89,6% e 46,5% das alocações de investimentos para as respectivas fases. Considerando outros gastos regulares de desenvolvimento, a eliminação de alguns projetos e/ou programas pode ocorrer durante a Fase 1 e Fase 2, a menos que investimentos públicos adicionais sejam alocados.

Os montantes dos investimentos requeridos para alcançar o crescimento económico esperado na sub-região de Angónia é estimado em cerca de US\$543,2 milhões para a Fase 1; US\$1.415,1 milhões para a Fase 2 e US\$1.125,3 milhões para a fase 3 (Tabela 6). Dadas as alocações dos investimentos públicos estimados para a região de Angónia, os requisitos de investimentos adicionais são de 14,5% do GRDP para a Fase 1, 22,1% para a Fase 2 e 22,3% para a Fase 3. Embora essas percentagens não sejam proibitivamente altas, é claro que será necessário introduzir uma grande injeção de investimentos privados na sub-região de Angónia. Caso contrário, os montantes comparativamente maiores de investimentos públicos poderão ser alocados na sub-região de Angónia, já que alguns dos projectos e/ou programas, tais como as estradas internacionais e o desenvolvimento de energia eléctrica são, na realidade, projectos nacionais. De facto, o desenvolvimento sub-regional de Angónia em si pode ser considerado um programa nacional, já que irá contribuir para fortalecer a relação com os países vizinhos, bem como para a intergração nacional.

Tabela 16. Requisitos de Investimentos para o Desenvolvimento Regional de Angónia

	2000	2010	2020	2025
PIB (regional) (US\$10 ⁶)	184,3	339,5	811,2	1,186,3
PIB (regional) incremental (US\$10 ⁶)		155,2	471,7	375,1
ICOR		3,5	3,0	3,0
Investimentos requeridos (US\$10 ⁶)		543,2	1,415,1	1.125,3
Alocação de investimentos públicos (US\$10 ⁶)		231,9	435,3	311,2
Investimentos adicionais requeridos (US\$10 ⁶)		311,3	919,8	814,1
Investimento adicional como percentagem do PIB (%)		14,5	22,1	22,3

Fonte: Equipe de Estudos da JICA.

Tabela 15. Programa Indicativo de Investimento para o Desenvolvimento Regional de Angónia (1/2)

(Unidade: US\$10⁶)

Nº	Título do projeto	Status	Agências implementadoras	Alocação de investimentos públicos			
				Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
I. Iniciativa de Desenvolvimento Urbano							
1.1	Desenvolvimento do corredor Tete-Moatize	Novo	Inter-agência, empresas privadas, GPZ (coordenação)	48,7	79,8	80,5	209,0
1.2	Expansão do abastecimento de Água da cidade de Tete	Extensão	MOPH , Água de Tete	2,3	*		2,3 (15,9)
1.3	Melhoramento das estradas urbanas	Extensão	ANE, Tete cidade e vila de Moatize	*	*	*	-(9,7)
1.4	Expansão do abastecimento de energia da corredor de Tete	Extensão	EDM	*	4,9		4,9 (14,7)
1.5	Telecomunicações da cidade de Tete	Extensão	TDM	*	*		-(6,2)
1.6	Estabelecimento de zona Agro-Industrial	Novo	MADER , GPZ, empresas privadas	*			-(11,5)
1.7	Estabelecimento de um Centro de Negócios	Novo	GPZ, MICTUR , empresas privadas	*			-(0,2)
1.8	Instituto de Tecnologia Industrial e Informação de Pesquisa	Novo	Ministério de Indústria e Comércio	*	*		-(2,0)
1.9	Desenvolvimento do Carvão de Moatize	Em andamento	Empresas privadas	na	na	na	na
1.10	Instituto de Minas e Programa de Apoio de Geologia	Novo	MINED	0,5	1,0		1,5
1.11	Usina de Energia Térmica gerida por Carvão em Moatize	Novo	Empresas privadas	na	na	na	na
1.12	Fabrico em Pequena escala de Ferro e Aço	Novo	Empresas privadas	na	na	na	na
1.13	Plano de Angónia integrado no Desenvolvimento Urbano	Novo	Inter-agência, GPZ (coordenação)	5,0	26,6	38,1	69,7
Sub-Total				56,5	112,3	118,6	287,4
II. Melhoramento da Sócio-Economia Rural							
2.1	Programa integrado de desenvolvimento rural	Novo	Inter-agências, GPZ (coordenação)	20,0	30,0		50,0
2.2	Desenvolvimento de pequenos esquemas para irrigação	Novo	MADER , empresas privadas	35,0	17,5		52,5
2.3	Programa de desenvolvimento de sistemas para agricultura integrada	Novo	MADER	15,0	10,0		25,0
2.4	Barragem Multi-Funcional no Rio Revuboe	Novo	MOPH , MADER , GPZ (coordenação), EDM	8,0	97,0		105,0
2.5	Programa de estabelecimento de novas culturas de Rendimento	Novo	MADER	10,0	10,0		20,0
2.6	Programa de desenvolvimento de gado	Extensão	MADER	15,0	20,0		35,0
2.7	Programa de promoção de Associações de Agricultores	Novo	MADER	1,2	2,4	1,2	4,8
2.8	Desenvolvimento de armazenagem de cereais	Novo	Associações de Agricultores	0,2	0,2	0,2	0,6
2.9	Abastecimento de Água Distrital	Em andamento	MOPH , Água Rural	0,6	1,2		1,8
2.10	Electrificação Rural	Em andamento	MIREME , EDM	2,2	2,2	1,2	5,6
2.11	Programa de Exploração de Recursos Minerais	Novo	MIREME , setor privado	na	na	na	na
Sub-Total				107,2	190,5	2,6	300,3

Tabela 15. Programa Indicativo de Investimento para o Desenvolvimento Regional de Angónia (2/2)

Unidade: (US\$10⁶)

Nº	Título do Projecto	Status	Agências implementadoras	Alocação de investimentos públicos			
				Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
III. Fortalecimento da Estrutura Espacial							
3.1	Programa de melhoramento de Estradas Rurais através da auto-ajuda	Extensão	Administradores distritais, ANE Tete	2,6	4,9	5,1	12,6
3.2	Melhoramento de Estradas Secundárias	Extensão	ANE	5,7	6,0	3,0	14,7
3.3	Melhoramento das Auto Estradas Internacionais	Extensão	ANE	6,0	12,0	6,0	24,0
3.4	Linha de Sena	Em andamento	CFM	na	na	na	na
3.5	Desenvolvimento da Navegação Fluvial no Rio Zambeze	Novo	Tete cidade, empresas privadas		2,0		2,0
3.6	Melhoramento dos serviços de Autocarros de passageiros	Novo	ANE, empresas privadas	1,0	1,0		2,0
3.7	Terminal de Carga no Interior	Novo	MOPH , empresas privadas	1,0	2,0		3,0
3.8	Nova Ponte sobre o Rio Zambeze	Novo	ANE, empresas privadas	4,0	20,0		24,0
3.9	Melhoramento do Aeroporto Internacional de Tete	Novo	Depto. de Aviação Civil, empresa privada		20,0		20,0
3.10	Telecomunicações Rurais	Extensão	TDM	4,1	6,2	2,1	12,4
3.11	Melhoramento das Instalações nas Fronteiras	Novo	Imigração e Alfândegas, administrações distritais	1,0	1,0		2,0
Sub-Total				25,4	75,1	16,2	116,7
IV. Aumentar a Responsabilidade Local							
4.1	Fortalecimento do GPZ	Em andamento	GPZ	1,6			1,6
4.2	Melhoramento da capacidade de Planeamento Local e Gestão	Novo	GPZ, Cidade de Tete, administra-ções distritais	1,0			1,0
4.3	Desenvolvimento de Dados sobre a Bacia do Rio Zambeze	Novo	GPZ	4,0			4,0
4.4	Modernização de Gestão Corporativa	Novo	Escolas Vocacionais Públicas	0,5			0,5
4.5	Melhoramento do Hospital Provincial de Tete	Novo	MISAU	3,1			3,1
4.6	Estabelecimento de um Sistema de Referência de Saúde	Novo	MISAU, administradores distritais	0,5	1,5	1,0	3,0
4.7	Programa Melhorado de Consciencializa-ção de Saúde	Em andamento	MISAU	0,5			0,5
4.8	Fortalecimento do GPZ	Novo	GPZ	0,5	1,5	1,0	3,0
4.9	Melhoramento da capacidade de Planeamento Local e Gestão	Em andamento	MINED	0,9	1,8	1,2	3,9
4.10	Desenvolvimento de Dados sobre a Bacia do Rio Zambeze	Extensão	Administrações locais, comuni-da-des, MICOA	0,5	1,0		1,5
4.11	Modernização de Gestão Corporativa	Novo	MADER , MICOA, Província de Tete, GPZ	0,5	2,0		2,5
4.12	Programa de melhoramento do ambiente urbano	Novo	Cidade de Tete, administração do distrito de Angónia, MOPH	1,0	3,0	3,0	7,0
4.13	Centro de energia renovável	Novo	GPZ, MIREME		1,5	1,00	2,5
Sub-Total				14,6	12,3	7,2	34,1
Total				203,7	390,2	144,6	738,5
				(87,8%)	(89,6%)	(46,5%)	(75,5%)
Alocação de investimentos públicos				231,9	435,3	311,2	978,4

*Custos incluídos no Projeto Nº1. / Fonte: Equipe de Estudos da JICA.

Capítulo 6. Implementar Acordos para o Desenvolvimento Regional de Angónia

6.1. Estrutura Institucional com o GPZ

O desenvolvimento sub-regional de Angónia será realizado basicamente dentro da estrutura da existente administração de desenvolvimento. Conforme a sub-região de Angónia se desenvolver, no entanto, está previsto o aumento das capacidades para o planeamento do desenvolvimento, finanças e gestão, aos níveis regional e local. Como e a que medida essas capacidades irão aumentar depende, por sua vez, nos acordos institucionais alcançados para o desenvolvimento regional de Angónia.

A actual administração do desenvolvimento da sub-região de Angónia consiste do Governo Provincial de Tete, Municípios das cidades de Tete e Moatize, administrações de seis distritos, e o GPZ. Junto com o processo contínuo de descentralização, algumas funções ministeriais são descentralizadas para o nível provincial. Em princípio, o governo provincial pode combinar a distribuição do orçamento do Governo Central e da receita local, para implementar o seu programa sem aprovação do governo central. O GPZ é principalmente uma agência de planeamento e implementação, de acordo com os seus estatutos. O GPZ pode planear qualquer projecto, em qualquer sector dentro da sua jurisdição territorial para aprovação do Governo. O GPZ coordena actividades de desenvolvimento de agências dos sectores e promove a sua implementação. O GPZ guia o sector privado e facilita investimentos privados.

No actual sistema administrativa, com reformas contínuas, relacionamentos entre governos provinciais e o GPZ serão cada vez mais importantes. Para desempenhar as funções delineadas acima, o GPZ deve trabalhar muito próximo dos governos provinciais. Em particular, as funções de coordenação seriam desempenhadas com eficácia através dos respectivos governos provinciais, onde praticamente todos os ministérios estão representados. Portanto, conforme a descentralização prossegue com uma devolução constante do poder administrativo para os governos provinciais, a eficácia da coordenação deve ser melhorada.

A política de prioridade e empreendimento do Governo para o Vale do Zambeze são incorporados no estabelecimento do GPZ, como uma agência com estatuto próprio. Prevê-se que o GPZ tome uma forte iniciativa para a realização de um desenvolvimento sustentável do Vale do Zambeze. Para levar a cabo a sua missão com eficácia, o GPZ deveria, de preferência, estabelecer a posse de uma parte substantiva do desenvolvimento do Vale do Zambeze. Em outras palavras, o GPZ também deveria ser uma agência executiva, para projectos e programas em certos sectores.

Por esta natureza, e como a autoridade da Bacia do Rio Zambeze, uma escolha natural para o sector a estabelecer a posse do GPZ é o sector do desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos. Actualmente, o Ministério de Obras Públicas e Habitação (MOPH) é responsável pelo estabelecimento de políticas e estratégias para o desenvolvimento e gestão dos

recursos hídricos nacionais. O MOPH exerce as suas funções através da Direcção Nacional de Água (DNA), que opera através da Administração Regional de Águas (ARA). Junto com a ARA do Sul, Centro e Norte, o Vale do Zambeze está sob uma ARA separada. Enquanto que Moçambique entra numa nova era de desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos, aplicando tais conceitos modernos como abordagem da bacia do rio, gestão watershed e desenvolvimento com multi-propósitos, seria relativamente importante para o GPZ ser o primeiro com a sua aplicação para o Vale do Zambeze.

Outros sectores potenciais para posse do GPZ incluem o desenvolvimento social/de subsistência, gestão do meio ambiente, e possivelmente actividades de Joint-Venture com o sector privado. Os dois primeiros sectores podem beneficiar das funções do GPZ baseadas no campo. Se a transferência de mandatos principais forem difíceis para o GPZ, este poderá estabelecer a sua posse, inicialmente como uma agência de execução para o desenvolvimento social/de subsistência de projectos e programas de gestão do meio ambiente com relativamente pequenos fundos. As actividades de joint-ventures com o sector privado estão em linha com a estratégia do GPZ, para seguir as alianças estratégicas com o sector privado. Seria razoável para o GPZ fornecer fundos relativamente pequenos como incentivos para atrair investimentos privados.

6.2. Acordos Institucionais para o Desenvolvimento Regional de Angónia

Como já delineado, espera-se a tomada de algumas acções, a nível nacional, para apoiar o desenvolvimento sustentável do Vale do Zambeze. Especialmente, estes são ainda mais descentralizados e a expansão do mandato do GPZ. Aos níveis regional e local, as seguintes condições necessitam de serem satisfeitas os acordos institucionais para o desenvolvimento regional de Angónia:

- 1) Funções de planeamento e coordenação devem ser fortalecidas aos níveis local e regional;
- 2) Novos mecanismos provisão de fundos devem ser efectuados para aumentar a mobilização regional de fundos de uma maneira significativa;
- 3) deve ser promovida a organização e participação de habitantes e comunidades locais, e
- 4) O sector privado deve ser encorajado a tomar uma parte activa no desenvolvimento sub-regional de Angónia não apenas para uma variedade mais ampla de actividades de desenvolvimento mas também para a gestão do desenvolvimento.

A gestão do planeamento e coordenação a nível local poderá ser fortalecida com eficácia, visto os recursos limitados de mão-de-obra, com um consórcio de peritos a um nível regional ou provincial adequado para fornecer apoios técnicos e aconselhamento a todas as administrações distritais. Isto é o que o gabinete da ANE em Tete está a desempenhar, para a manutenção de estradas não classificadas, por exemplo. No Vale do Zambeze, o GPZ na melhor posição para em geral fazer o mesmo. Para desempenhar esta função em

projectos polivalentes com várias agências de implementação, peritos e técnicos do GPZ teriam que ser capacitados por fases. Entre as perícias a serem melhoradas são aquelas envolvendo o desenvolvimento rural integrado, desenvolvimento social/de subsistência, gestão do meio ambiente, e o desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos, bem como outras perícias básicas tais como planeamento local, gestão de dados e análise financeira.

Os novos mecanismos de financeiros poderão incluir uma organização de empreendimentos de capital, instituição bancária regional, e programas de financiamento especializado com foco em pequenas e médias empresas, desenvolvimento organizacional, actividades por auto-ajuda por parte das comunidades, entre outros. Um banco regional utilizará os depósitos locais com eficácia para propósitos de investimentos e segurança social.

Para expandir a capacidade dos recursos a nível local, uma participação local ampla deve ser efectuada pelas administrações distritais, sob o guia do governo provincial de Tete e o GPZ, e facilitado por ONG's. Pode tomar a forma de trabalhos de participação comunitária, para melhorar e gerir as várias infraestruturas rurais. A outra área principal onde uma participação local mais activa é esperada, consiste numa avaliação sobre o impacto do ambiental, ou mais amplamente o monitoramento e gestão ambiental. A participação local seria eficaz para o inventário dos recursos cobrindo ambos os recursos naturais e sócio-culturais.

Como meios para expandir os papéis do sector privado em realizar o desenvolvimento sustentável do Vale do Zambeze, um tipo de entidade de empresa para a gestão do desenvolvimento deve ser experimentada, primeiro na subregião de Ángonia. Deve tomar a responsabilidade de alguma área designada como corporação de desenvolvimento. A área prevista será a área do núcleo urbano Tete-Moatize, que poderia ser uma boa candidata para a sua jurisdição.

6.3. Reforma Organizacional do GPZ

A contínua re-estruturação organizacional do GPZ constitui um movimento bem vindo porque expandirá a capacidade dos seus trabalhadores e introduzirá unidades sub-regionais. Juntamente com estes, é recomendado um maior fortalecimento das estruturas organizacionais do GPZ.

A organização original do GPZ pode ser expandida juntamente as linhas do sector conforme aumentam as habilidades dos trabalhadores. Primeiro, o Departamento de Promoção de Projectos, poderia ser expandido com secções separadas, responsáveis pela agricultura, indústria, pequenas e médias empresas, comércio e serviços. O Departamento de Infraestruturas pode ser expandido com sub-divisão pelos tipos diferentes de infraestruturas. Um departamento de apoio pode ser criado para o desenvolvimento comunitário e participatório, serviços de informação, e outros apoios aos investidores

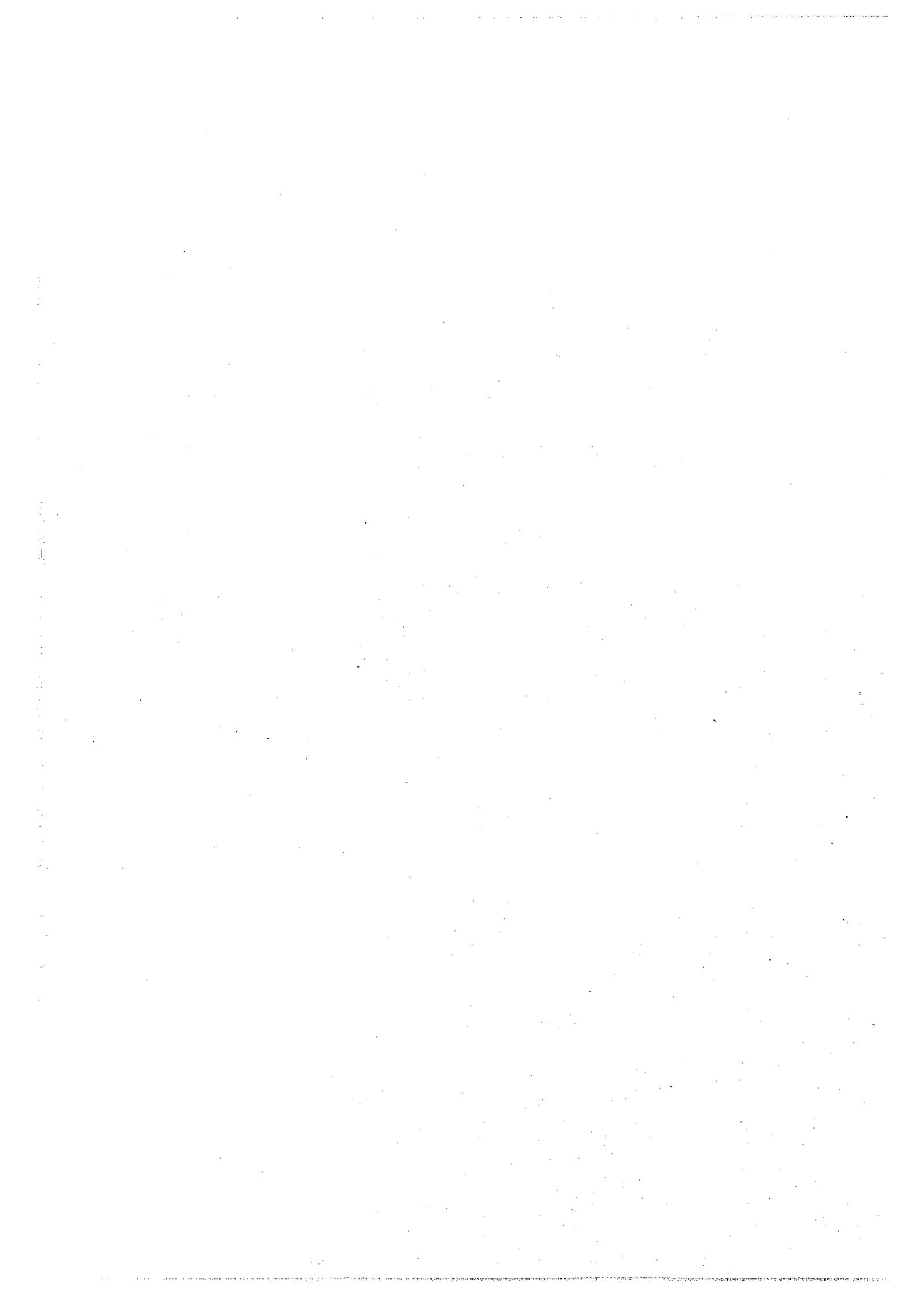
privados. Estes desenvolvimentos divididos por sector complementarão-se ao desenvolvimento faseado das áreas e por sub-região.

Dentro desta estrutura organizacional expandida com capacidade aumentada de trabalhadores, alguns departamentos e sectores específicos devem ser fortalecidos. Primeiro, o Departamento de Estudos e Planeamento deve ser muito fortalecido para fomentar um ponto de vista integrado do Vale do Zambeze, para o desenvolvimento regional e para assegurar tal ponto de vista a ser reflectido no desenvolvimento sub-regional e ainda no desenvolvimento dos diferentes distritos e cidades. O apoio técnico às administrações e municipalidades distritais para o planeamento sócio-económico e do uso e aproveitamento de terras deveriam ser parte das funções deste departamento.

Segundo, deve ser criada uma secção responsável pela promoção de pequenas e médias empresas (PMEs), e fortalecer o Departamento de Desenvolvimento Comunitário, visto que o apoio do desenvolvimento participativo e do sector privado devem ser os impulsos principais do GPZ. A secção do PMEs deve ser instrumental no melhoramento de gestão de empresas para as PMEs existentes com a introdução de novas tecnologias e a modernização dos equipamentos, no desenvolvimento de mercados e produtos ("marca de Tete," por exemplo), e na promoção de sub-contratos entre as indústrias locais. Um departamento de informação e tecnologia também pode ser criado, para fornecer informação de serviços relacionados, tecnologia, mercados e oportunidades de negócio ao sector privado. Este departamento também fornecerá a informação necessária a outros departamentos.

Terceiro, as sub-divisões sectoriais por departamento devem ser empreendidas para estabelecer a posse pelo GPZ de alguns sectores e campos seleccionados conforme sugerido nas secções anteriores. Adicionalmente ao fortalecimento do Departamento do Desenvolvimento Comunitário recomendado acima, a sub-divisão do Departamento de Promoção de Projectos pode fortalecer as funções relacionadas com o desenvolvimento de integração rural, e a sub-divisão do Departamento de Infraestruturas pode apoiar as funções do desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos.





JICA